



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### COMISSÃO PERMANENTE

### REUNIÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2003

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Manuel Alves de Oliveira  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 15 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), tendo em conta os relatórios elaborados por agências especializadas dos Estados Unidos da América e até pelos seus serviços secretos, que apontam para a inexistência de armas de destruição maciça no Iraque, solicitou explicações do Primeiro-Ministro. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Manuel Alegre (PS).

O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP), também em declaração política, falou dos acontecimentos ocorridos no período de encerramento da Assembleia da República, após o que respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Patinha Antão (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira (PS), criticou a política financeira e orçamental levada a cabo pelo Governo. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP).

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro (Os Verdes), também em declaração política, criticou o Governo por não estar a cumprir os objectivos fixados na Conferência de Quioto, relativamente ao fenómeno das alterações climáticas, dando como exemplo a vaga de calor ocorrida em Portugal e em toda a Europa.

**Ordem do dia.** — Procedeu-se a um debate sobre as consequências da vaga de calor, em termos de saúde pública, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Saúde (Luís Filipe Pereira), os Srs. Deputados Afonso Candal (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Ber-

nardino Soares (PCP), Ana Manso (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Luís Carito, Nelson Baltazar e Maria de Belém Roseira (PS).

A Comissão aprovou o voto n.º 76/IX — De pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello (Presidente da AR, PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes). Usaram da palavra, além do Sr. Presidente e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes), os Srs. Deputados Guilherme d'Oliveira Martins (PS), António Nazaré Pereira (PSD), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Lino de Carvalho (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes), tendo, no final, sido guardado um minuto de silêncio.

O projecto de deliberação n.º 23/IX — Constituição de uma comissão eventual para os incêndios florestais (PCP), foi aprovado. E, após terem usado da palavra os Srs. Deputados Guilherme Silva (PSD), José Magalhães (PS), Lino de Carvalho (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes), a Comissão rejeitou os projectos de resolução n.º 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS) e 172/IX — Medidas de emergência face à catástrofe dos incêndios florestais (Os Verdes). No fim, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Nazaré Pereira (PSD), José Magalhães (PS) e Isabel Castro (Os Verdes).

A Comissão aprovou o projecto de resolução n.º 174/IX — Viagem do Presidente da República à República da Turquia (Presidente da AR).

Por último, a Câmara aprovou dois pareceres da Comissão de Ética autorizando um Deputado do PS e outro do CDS-PP a prestarem depoimento por escrito, como testemunhas, em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à reunião:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 Arménio dos Santos  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça  
 Tavares  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Mário Patinha Antão  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

**Partido Socialista (PS):**

António Luís Santos da Costa  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Nelson Madeira Baltazar

**Partido Popular (CDS-PP):**

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 João Rodrigo Pinho de Almeida  
 Narana Sinai Coissoró  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Comunista Português (PCP):**

Bernardino José Torrão Soares  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 Lino António Marques de Carvalho

**Bloco de Esquerda (BE):**

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**

Isabel Maria de Almeida e Castro

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, começo por pedir desculpa pelo atraso, mas acontece que se inaugurou, no átrio do edifício novo, uma exposição integrada nas comemorações do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência. Pediram-me para ir lá, o que fiz com muito gosto e até com muita comoção, devo dizer, mas as intervenções dos diversos participantes demoraram um pouco mais do que o previsto. Apresento, portanto, as minhas desculpas.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 14 de Agosto, foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, formulados pelos Srs. Deputados Mota Andrade e Francisco Louçã; e aos Ministérios da Ciência e do Ensino Superior, dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e da Educação, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

Nos dias 18 a 20 e 22 de Agosto: António Galamba, Fernando Pedro Moutinho, Vicente Merendas; Alexandre Simões, Alberto Antunes, Honório Novo, Paula Malojo, Bernardino Soares, Fernando Cabral, Maria Santos, Heloísa Apolónia, José António Silva, Luísa Mesquita, António Filipe, António José Seguro, Ana Manso, Luísa Portugal e Leonor Coutinho.

No dia 26 de Agosto: Isabel Castro, António Galamba, Eduardo Moreira, Maria Manuela Aguiar, Honório Novo, Fernando Moniz, Fernando Cabral, Luísa Mesquita, António Filipe, Fernando Pedro Moutinho, Custódia Fernandes, José Apolinário, Jorge Pereira e Bernardino Soares.

No dia 27 de Agosto: Eugénio Marinho.

No dia 01 de Setembro: Luísa Mesquita e João Pinho de Almeida.

Nos dias 18 a 27 de Agosto e 1 e 2 de Setembro, foram respondidos os requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Jorge Nuno Sá, José Miguel Medeiros, Isabel Castro e Narana Coissoró.

Em termos de expediente é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, iniciados os nossos trabalhos, apresento-vos uma saudação amistosa, na expectativa de que tenham tido umas boas férias, aliás bem merecidas, e que as energias acumuladas permitam o retomar, em pleno, dos nossos trabalhos parlamentares.

Saúdo, também, os representantes da comunicação social.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Fazenda, para uma declaração política, quero dar conhecimento de que, no âmbito das muitas mensagens de solidariedade recebidas pelo Parlamento por ocasião dos fogos florestais, com resultados tão desastrosos, que ocorreram no nosso país, houve uma, da parte do Movimento Lyons, a anunciar uma mobilização desse movimento, que, como

sabem, é um movimento internacional, com projecção em todos os países, no sentido de angariarem recursos para ajudar a minorar o sofrimento dos sinistrados.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda para uma declaração política.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não pode ser com indiferença, não pode ser com a complacência da banalização que sabemos que relatórios elaborados por agências especializadas dos Estados Unidos da América e até pelos seus serviços secretos apontam para a inexistência de armas de destruição maciça no Iraque.

Esta é uma questão maior da convivência internacional, porquanto à sombra da suposta existência dessas armas de destruição maciça se provocou uma disrupção no direito internacional, se realizou uma guerra a todos os títulos, e do ponto de vista político considero-a criminosa, e se revelou a falsidade do pretexto evocado, que, na realidade, não visava mais, como, aliás, hoje, já ocorre no território, do que a apropriação das riquezas petrolíferas e um domínio acrescido, um domínio geopolítico naquela área do Médio Oriente.

Como se sabe, e a Câmara não ignorará, neste momento, esta questão provoca embaraços ao Presidente dos Estados Unidos e embaraços acrescidos ao Primeiro-Ministro britânico, que responde a uma comissão de inquérito parlamentar sobre a eventual distorção dos factos apresentados pelos serviços secretos e pela defesa britânicos em relação às armas de destruição maciça, e ainda o inquérito parlamentar não terminou e já houve aquelas convenientes saídas e desmembramentos do gabinete britânico. E é neste contexto que, a meu ver, o Primeiro-Ministro de Portugal, o Dr. Durão Barroso, deve explicações ao povo português.

Em resposta ao Bloco de Esquerda, no debate do estado da Nação, o Sr. Primeiro-Ministro asseverou que continuava crente de que existiriam armas de destruição maciça no Iraque e de que, além do mais, isso não tinha sido o argumento principal, justificativo, do apoio prestado por Portugal a essa operação, ilegal e criminosa, que constituiu esta guerra e a subsequente ocupação.

Mas a verdade é a verdade e o principal argumento foi sempre, da parte do Sr. Primeiro-Ministro, em todos os debates neste Parlamento, o desarmamento do Iraque e disse mesmo, a 1 de Fevereiro, que «Portugal deve ter uma posição intransigente contra um regime como o Iraque que promove armas de destruição maciça». É chegado o momento de nos dizer quais eram as convincentes explicações que obteve em Londres acerca da existência de armas de destruição maciça; é chegado o momento de o Sr. Primeiro-Ministro responder pelo seu Governo, designadamente àquilo que o Sr. Ministro da Defesa disse em conferência de imprensa conjunta com Donald Rumsfeld, dizendo que as armas de destruição maciça iriam aparecer.

É chegado o momento da verdade, porque duas posições são facilmente conclusivas: uma delas é de que, se os nossos aliados nos destinarem um qualquer inferno, a nossa posição de solidariedade é absolutamente «infernista» e, a outra, pode haver, em determinadas circunstâncias, e aqui manifestamos que aconteceu, o recurso a uma

política de mentira, a uma política de manipulação da opinião pública.

Há ética na política! Há uma ética de responsabilidade, há uma confiança que não deve ser abalada, e este Governo abalou essa confiança com o povo português.

O povo português espera explicações. O Primeiro-Ministro de Portugal deve explicações ao povo português.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Luís Fazenda fez uma intervenção com observações que consideramos pertinentes, e lembro-me de que sempre nos opusemos ao envolvimento de Portugal e do Governo português numa guerra à margem das Nações Unidas e contra o seu Conselho de Segurança. Mas o Sr. Primeiro-Ministro não exprimiu apenas, como o Sr. Deputado disse, uma convicção, as convicções são muitos subjectivas, o Sr. Primeiro-Ministro, se a memória me não atraiça, disse que tinha visto provas da existência de armas de destruição maciça.

Ora, o que quero perguntar-lhe, Sr. Deputado, é se, para além das explicações, não chegou a altura de o Sr. Primeiro-Ministro vir dizer aqui que provas é que viu e como é que as viu.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Alegre, de facto, e como havia aludido, o Sr. Primeiro-Ministro em território britânico, creio que em Londres, e depois de se ter avistado com Tony Blair, disse aos portugueses, todos nos recordamos de o ter ouvido na televisão, que tinha provas e que tinha sido convencido da existência de armas de destruição maciça. Como sabemos, o figurino da ética, da responsabilidade e da veracidade na velha Albion não é neste momento a trave mais paradigmática neste problema. E, portanto, poderemos admitir que, em parte, o Primeiro-Ministro português tenha sido objecto de uma manobra de má fé por parte de um tal aliado, mas, com certeza, isso não terá sucedido.

Seja como for, é responsabilidade política do Primeiro-Ministro português vir aqui, ao Parlamento, prestar explicações à Câmara e aos portugueses. É até quase uma caricatura, que só desdoura da democracia portuguesa, quando todos os especialistas, até dos Estados Unidos da América, já concluem pela inexistência de armas de destruição maciça, o Sr. Primeiro-Ministro, há dois meses, dizer-nos aqui que continua a pensar que a justificação apresentada pelos nossos aliados é justa, ou seja, que havia, de facto, armas de destruição maciça no Iraque.

Portanto, a capacidade e a competência do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal é superior à dos serviços secretos americanos e, como tal, há alguma centralidade, que provavelmente o Sr. Primeiro-Ministro português poderia adquirir, se conseguisse explicar ao mundo tudo aquilo que os outros não conseguem explicar.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não é uma questão de fé?!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este período de encerramento da Assembleia da República, tempo que costuma ser de trégua social, de recuperação de energias para encarar o futuro com mais esperança, foi afinal um período diferente, carregado de acontecimentos e de ameaças inquietantes.

Foi um tempo doloroso e dramaticamente marcado pelos incêndios, a exigir agora da Assembleia da República um papel interventivo na procura de apuramento de responsabilidades e de propostas que correspondam às expectativas das regiões, sectores e pessoas flageladas pelos fogos.

Mas foi um tempo de promulgação e publicação do pacote laboral e da lei dos partidos políticos, à revelia das denúncias e dúvidas fundamentadas sobre as suas inconstitucionalidades; tempo em que, ao contrário de outros anos, de normal crescimento do emprego por razões de sazonalidade, o desemprego aumentou mesmo sem a contabilização dos que viram destruídos os postos de trabalho pelos fogos, dos que no fim do mês de Agosto foram sumariamente avisados de que iriam ser despedidos face ao encerramento das empresas, acrescido agora de mais 28 000 professores desempregados, a maioria dos quais sem subsídio de desemprego.

Foi neste mês de Agosto que o Governo colocou em discussão pública uma proposta de corte no subsídio de doença como mais uma peça na sua escalada de subversão do sistema público da segurança social na linha de eliminação de um direito universal substituído pela concepção caritativa e assistencialista.

Foi neste quadro e neste tempo que o Governo decidiu começar a segunda fase da operação de minagem, limitação e eliminação de direitos dos trabalhadores, no processo de regulamentação do Código do Trabalho a decorrer na Concertação Social.

Considera o Governo como adquiridas as malfetorias inscritas no Código do Trabalho no que se refere à contratação colectiva, às limitações do exercício do direito de greve pela via dos serviços mínimos e das comissões de trabalhadores, à desregulamentação dos horários, do alongamento dos contratos a prazo e do trabalho nocturno, à polivalência negativa no plano funcional e geográfico.

Sobre isto o PCP considera ser importante reafirmar a necessidade e a disponibilidade para, conjuntamente com outros grupos parlamentares, subscrever e requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva das normas do Código do Trabalho que, em correspondência com declarações produzidas por outros na comissão de Trabalho e no Plenário da Assembleia da República, recoloque a questão da inconstitucionalidade do diploma.

Sobre o processo de regulamentação das 46 matérias em falta, que está a decorrer na Concertação Social na justa expectativa de que a Assembleia da República não abdique dos seus poderes legislativos, é já possível demonstrar que o Governo agiu de má fé, de uma forma calculista,

que quis dosear o veneno e a dimensão da sua ofensiva legislativa.

Apesar de faltar ainda a regulamentação de questões tão relevantes como as férias, feriados e faltas, acidentes de trabalho, salários em atraso, contratos a prazo, arbitragem e direito de greve, o que já propôs em matéria de salário mínimo nacional, *lay-off*, actividade sindical e das comissões de trabalhadores é demonstrativo do que escondia o sorriso seráfico do Ministro Bagão Félix quando, arrogantemente, respondia às críticas e às interrogações da oposição.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sobre o salário mínimo nacional, a ideia de considerar os adicionais como parte integrante do seu valor conduziria à sua desvalorização e redução nominal. É um escândalo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma ofensa a centenas de milhar de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham mais do que devem e, às vezes, mais do que podem para levar para casa um magro salário.

Sobre a suspensão de actividade de empresa, ensaiou uma proposta manhosa em que, substituindo o anúncio súbito por um anúncio de 15 dias, ainda permitia facilitar mais o carácter relapso de uma certa faixa do patronato em relação ao pagamento das prestações aos trabalhadores.

Mas é no seu ódio à organização dos trabalhadores, aos instrumentos de defesa dos seus direitos que este Governo revela mais a sua natureza e objectivos.

Ao propor limitar drasticamente os créditos de horas aos dirigentes sindicais, particularmente nas grandes empresas e grupos económicos, e proibir aos sindicatos que requisitem mais do que um reduzido número de dirigentes (mesmo que os sindicatos suportem financeiramente essa requisição) pela via da não justificação da falta, o Governo procura, com as devidas adaptações, ressuscitar o conceito e as normas vigentes da época marcelista em que podíamos ser eleitos mas não podíamos exercer a actividade nas empresas e nos locais de trabalho por falta de crédito de horas, por falta de protecção legal.

Vozes do PCP: — Exactamente!

Vozes do BE: — Bem lembrado!

O Orador: — Na mesma linha vai a redução do crédito de horas às comissões de trabalhadores. Falar de modernidade, de progresso, de competitividade é, no mínimo, uma ironia amarga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é preciso ser profeta para prever que este Governo se dispõe a promover o confronto e a conflitualidade social como uma ofensiva sem precedentes nos quase 30 anos de democracia.

Afirmámos aqui, aquando do debate do pacote laboral, que pode enganar-se muita gente por muito tempo, mas nunca o tempo todo. Temos a consciência de que enganou muitos trabalhadores, mas vai enganar cada vez menos.

Terá a resposta cada vez mais alargada e convergente dos que já eram e vão ser flagelados com esta política de retrocesso social.

A sua luta, essa luta que conquistou esses direitos agora ameaçados, será o elemento determinante para os defender e travar este perigoso plano deste executivo de direita.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão.

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Sr. Presidente, na sua pessoa, quero cumprimentá-lo, assim como a todos os Srs. Deputados, neste início da sessão legislativa, desejando que ela decorra com um aprofundamento da democracia e da qualidade do nosso debate.

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, feito este intróito, quero dizer-lhe quanto me decepcionou a sua intervenção.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito obrigado. Sinceramente agradecido, não esperava outra coisa!

O Orador: — Habituei-me a vê-lo intervir com rigor, quer nos termos quer no modelo que defende, que é perfeitamente claro e que não muda há muito tempo, mas desta vez usou uma linguagem estranha em si, ao falar em regulamentação manhosa, sorriso seráfico, situações de patronato relapso, ódio aos trabalhadores... Esta é uma linguagem que não é — convirá! — própria desta Câmara...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ai não?!

O Orador: — ... e não tem o mínimo fundamento, nem conceptual, nem do ponto de vista das realidades práticas sobre as quais nos temos de debruçar.

O Partido Comunista Português esteve ausente do debate democrático que levou ao Código do Trabalho...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Ausente?!

O Orador: — ... e persiste em invocar mecanismos de fiscalização sucessiva que nada têm a ver com a realidade de hoje das organizações dos trabalhadores e das organizações empresariais, organizações que estão a procurar, e bem, aproveitar as virtualidades e defender os seus interesses — e muito bem — na regulamentação que se segue com o Código do Trabalho, para que, desse confronto de interesses, surjam regulamentações equilibradas e viradas para o futuro.

O Partido Comunista Português, pela boca do Sr. Deputado, não quer de facto participar neste trabalho de construção da modernidade. É pena que V. Ex.<sup>a</sup> esteja acantonado nessa visão retrógrada, plasmada no passado, onde não vemos, de facto, vontade de contribuir com a sua argumentação e visão, que tem toda a dignidade democrática.

Sempre, ou muitas vezes, divergimos, mas seria bom e importante que divergíssemos com propostas concretas para resolver problemas de futuro. Gostaria, pois, que V. Ex.<sup>a</sup> abandonasse essa linguagem, que não lhe é própria, de argumentação com falácias *ad hominem*, que, inclusive,

não correspondem à sua marca, ao seu timbre, e que, efectivamente, não constroem futuro.

Relativamente à nova regulamentação, em sede de Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais, teremos oportunidade de nos enfrentarmos ponto por ponto e de dirimirmos pontos de vista diferentes. Mas gostaríamos que o fizessem não com essa linguagem mas com propostas concretas e soluções alternativas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Patinha Antão, tendo em conta o sentido crítico de alguns adjetivos que usei na minha intervenção — o Sr. Presidente da Assembleia da República perdoar-me-á —, direi que fiz uma apreciação política com algumas expressões que podem não agradar mas não ofendem ninguém. Talvez tenha exagerado em algumas, já que não tenho nenhum «carómetro» para apreciar a face do Sr. Ministro Bagão Félix quando aqui sorria e desprezava as preocupações que agora se manifestam na regulamentação do Código do Trabalho no que toca às 46 matérias que estão em apreciação.

Quanto à ausência do Partido Comunista Português no debate sobre o código laboral, o Sr. Deputado Patinha Antão desmente-se a si próprio! Foi o Sr. Deputado quem, independentemente das soluções encontradas e das votações verificadas, reconheceu a nossa intervenção, a nossa acção e a nossa proposta em todo o debate que teve lugar na Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais relativamente aos mais de 400 artigos. Não entendo como é que mudou de opinião depois das férias parlamentares.

Em relação à concepção retrógrada, não é por acaso que provoca arrepios... Aliás, deixe-me contar-lhe uma história: fui dirigente sindical ainda muito jovem, ainda no tempo do fascismo, aproveitando a chamada «abertura marcelista», a «primavera marcelista», como alguns diziam, e, naturalmente, a evolução da própria lei sindical permitia que três ou quatro dirigentes sindicais pudessem ter algum crédito de horas para exercer funções de dirigentes sindicais, mas nunca para intervir junto dos destinatários de qualquer sindicato, de qualquer organização, que são os próprios trabalhadores.

Portanto, falar em progresso, em evolução, com uma lei que recua mais de 30 anos, Sr. Deputado Patinha Antão, parece-me uma apreciação preocupante, vinda de quem vem, já que o PSD tem responsabilidades particulares quanto à própria liberdade sindical. E o que os senhores estão a fazer, o que o vosso Governo está a fazer, é levar a um retrocesso, que, a ser concretizado, levaria ao recuo de muitas décadas.

Neste sentido, com certeza, pode falar e adjectivar a posição do PCP, mas terá mais do que a resposta do PCP, terá, inevitável e incontornavelmente, a resposta dos trabalhadores e constatará que não se trata apenas de um discurso parlamentar.

A vida vai guardar a razão do PCP, porque os trabalhadores não aceitarão a maior ofensiva que este Governo está

a desencadear contra os seus direitos e os seus interesses.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara que, por um lapso dos serviços, o tempo de intervenção do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa foi descontado no tempo do CDS-PP, mas o erro vai ser imediatamente corrigido — manifestamente, o discurso do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa não era do CDS!

*Risos.*

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo (que não estão presentes), Srs. Deputados: O aumento de 0,5 % do PIB na previsão do défice do sector público administrativo apresentado pelo actual Governo português é a afirmação plena do claro fracasso da política financeira e orçamental que vem procurando concretizar.

A Dr.<sup>a</sup> Ferreira Leite merecerá certamente o *Guinness* por manipulação orçamental, mas não resolverá qualquer problema real que permita ultrapassar com eficiência e rigor os problemas suscitados pelas dificuldades da situação orçamental portuguesa.

Mas o que torna este assunto mais preocupante é a prática evidência de que mesmo esta nova previsão, encostada ao limite máximo de 3 % acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, não será, muito provavelmente, cumprida, a menos que as manipulações a efectuar e a angariação de fortes receitas extraordinárias corrijam formalmente esta tremenda derrapagem, o que corresponderia a um cumprimento puramente formal, na melhor hipótese.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — E não nos esqueçamos de que o Governo, na passada, corrigiu também o produto interno bruto estimado e informou sobre o aumento da dívida pública. De certa forma, até lhe deu jeito a redução do PIB, porque, por um lado, era insustentável o Governo não assumir com clareza a situação recessiva em que mergulhou o País e, por outro, com o mesmo valor do défice, descendo o PIB (ainda que pouco), a percentagem do défice em função do PIB sobe ligeiramente. Quando o Ministério das Finanças está a trabalhar, em cenários um pouco ficcionais, ao nível das centésimas dos pontos do PIB, tudo contará. Mas eu julgo que o mais importante é a clara admissão da contracção do PIB, que espelha bem a situação claramente recessiva em que o Governo mergulhou o País.

Mas sublinhemos também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a dívida pública voltou a crescer, estando o País novamente encostado ao limite «maastrichtiano» de 60 %.

Sr. Presidente, interessa sublinhar que esta estimativa para o défice também não irá provavelmente ser cumprida, mesmo com a integração dos activos de fundos (como o dos Correios) num ano, sendo a contrapartida a assumpção das suas responsabilidades ao longo de décadas. É

uma interessante manobra em termos de engenharia orçamental, mas não resolve qualquer dos problemas de fundo quanto à estrutura das contas públicas,...

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... trazendo, sim, outro tipo de problemas para o futuro, em termos de compromissos plurianuais, o que, enquanto Deputada, tanto preocupavam a actual Ministra. Neste caso, compromissos para décadas.

Desta manobra, podem sair prejudicados os trabalhadores dos Correios e o País, no seu conjunto, e beneficiado apenas o orgulho político da Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Srs. Deputados, a derrapagem orçamental, com base na qual o Governo reporta às instâncias da União o novo défice previsto, é, em nosso entender, muito superior à que foi apresentada, tendo em conta nomeadamente os dados da execução orçamental oportunamente difundidos.

Por exemplo, com o mesmo padrão de execução orçamental de 2002, nos meses que faltam de 2003, o disparo do défice será superior em mais de 2000 milhões de euros ao que estava orçamentado, o que eleva percentualmente, mesmo com a revisão do PIB em baixa, para uma percentagem extraordinariamente elevada, em termos comparativos nacionais (numa perspectiva temporal) e europeus (numa perspectiva actual).

Sr. Presidente, só a «cosmética» orçamental ou manipulações contabilísticas, como as do ano passado e outras, poderão impedir eventualmente um défice *record* desde há muitos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Outros países europeus economicamente mais desenvolvidos não recorrem a estes expedientes, porque sabem que défice subjaz ao défice público formalmente apresentado e entendem que não vale a pena tentar iludir nem os agentes económicos, nem os parceiros europeus, nem, obviamente, as respectivas populações. E pergunto-me: qual será a política do Governo português quando a questão do défice passar de moda?

Para além disso, alguns desses Estados europeus, dos maiores da União, têm orientações de política económica e de carácter social que sobrepõem às estritas considerações de uma consolidação orçamental.

A Sr.<sup>a</sup> Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E não se interessarão por manobras menores de acerto formal do défice, sem resolverem as dificuldades financeiras que lhe subjazem, sem resolverem as questões estruturais que originam os desequilíbrios das contas públicas,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... porque, se o fizessem, estariam apenas, como faz o Governo português, a empurrar o problema da real consolidação das contas públicas sempre para a frente, para o futuro, comprometendo, neste caso, o futuro de Portugal e dos portugueses.



*Aplausos do PS.*

Mais absurda é, pois, esta atitude do Governo português quando se avalia o que se passa no quadro europeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi este Governo (hoje aqui ausente) mandatado, em Janeiro deste ano, pelo Plenário da Assembleia da República para desenvolver diligências no sentido «da reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, com vista à sua revisão». Ora, que acções terá o Governo desenvolvido junto de outros Estados da União Europeia e, nomeadamente, da Zona Euro para concretizar esta resolução da Assembleia da República, aqui votada de forma esmagadora?

O Sr. José Magalhães (PS): — Boa pergunta!

O Orador: — Não sabe o actual Governo português que alguns dos Estados da União Europeia se preparam, de forma assumida, para não cumprirem o défice dos 3 % acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento? Refiro-me a Estados com «pequenas» economias, como a França, a Alemanha e outros.

O Sr. José Magalhães (PS): — Coitados!

O Orador: — Porque querem impedir a deterioração do tecido social e evitar o aprofundamento ou a entrada em recessão. Dirão: são coisas de esquerdistas, de alguma frente de esquerda... São! São de países com um governo de coligação entre socialistas, o SPD e Os Verdes, ou com um governo de centro-direita — mas não de união das direitas, como o Governo português, que coliga com a direita radical —, do Sr. Chirac.

Quando os Estados que representam boa parte da economia da União (medida em termos de PIB) não vão cumprir uma regra, não do Tratado, o que seria grave, mas de um Pacto que tem importância, não deverá esse Pacto ser reavaliado, possivelmente revisto? Uma regra que não é cumprida pela maioria absoluta das economias da Zona Euro, no seu conjunto, que regra é? Quando as excepções forem maiores do que as regras, o que se deve fazer?

Se é verdade que, no caso português, foi a errada política económica e orçamental deste Governo que mergulhou o País na recessão, também sabemos que há factores na conjuntura económica europeia internacional que impõem uma melhor análise dos efeitos do Pacto. E, segundo a Assembleia da República, como foi dito, Portugal deve empenhar-se na sua reavaliação de modo a que este instrumento não comprometa, antes beneficie o crescimento e a coesão económica e social da União Europeia.

*Aplausos do PS.*

Julgo relevante que se procure continuar a avançar no sentido do equilíbrio das contas públicas, mas não com a «cosmética», na qual a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite é especialista, nomeadamente no domínio orçamental e financeiro, e que se adopte critérios homogéneos e aceitáveis para os diferentes anos. Para tal, discutamos o projecto de resolução n.º 45/IX, sobre a transparência das contas públicas, que está «parado» na Mesa.

Sr. Presidente, em Portugal, o que urge não é a «cosmética» orçamental, é, sim, a retoma de uma verdadeira política de consolidação orçamental articulada com uma real estratégia de desenvolvimento económico, com a retoma aperfeiçoada de um investimento público selectivo e, directa ou indirectamente, reprodutivo (ou seja, resolvendo os problemas das externalidades das empresas), com a promoção do emprego, com a retoma da capitalização adequada da segurança social e não com estas manobras orçamentais de baixo quilate, técnico e político.

O País quer desenvolvimento, emprego e solidariedade, não precisa de cabriolas orçamentais.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, ouvimos com atenção a sua intervenção e é uma evidência que a política orçamental tem vindo a resvalar, mês após mês, trimestre após trimestre. Não é nada que nos surpreenda!

Aquando do debate orçamental tivemos oportunidade de dizer que as projecções macroeconómicas que o Governo aqui apresentou nada tinham a ver com a realidade e que, para as cumprir, para se atingirem aqueles valores do défice, havia duas formas: por um lado, políticas de contracção, designadamente ao nível do bom investimento público e da boa despesa pública, que iriam somar crise à crise, recessão à recessão; e, por outro lado, o lançamento de operações de engenharia orçamental e de engenharia financeira, como as que estão a ocorrer, e que, aliás, o Governo, em particular a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, criticava no tempo do governo do Partido Socialista.

O Sr. Deputado referiu-se à questão do fundo de pensões dos CTT, que é, obviamente, uma operação de engenharia preocupante e que, além do mais, vai contribuir para a descapitalização e para o desequilíbrio da Caixa Geral de Aposentações, mas poderia ter falado na descapitalização do sistema público de segurança social, com a não transferência para o fundo de reserva dos meios que lhe estão destinados — no mínimo, dois pontos percentuais sobre os descontos dos trabalhadores, o que não está a acontecer.

Poderia ainda ter falado na política de venda ao desbarato do património do Estado, envolvendo, ou não, a Caixa Geral de Depósitos, questão que terá de ser clarificada, com todas as consequências que daí resultam para o equilíbrio financeiro da Caixa Geral de Depósitos.

Trata-se, sobretudo, de um conjunto de operações de engenharia orçamental e de engenharia financeira, relativamente às quais, aliás, tantas vezes, vimos a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, sentada na bancada do PSD, no lugar onde está neste momento o Sr. Deputado Guilherme Silva, criticar quando, segundo o PSD, o governo do Partido Socialista as fazia.

Dito isto, quero dizer também, Sr. Deputado, que nos congratulamos por aquilo que percebemos da sua intervenção como sendo um passo em frente, por parte do Partido Socialista, em relação à consideração do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Partido Socialista tem vindo a aproximar-se de uma visão que me parece, esta sim, mais justa,

que é a de que, e todos somos defensores do equilíbrio das contas públicas, este não é um fim em si mesmo; isto é, o equilíbrio das contas públicas é um instrumento ao serviço do desenvolvimento da economia e do bem-estar dos portugueses. E, neste contexto, o Pacto de Estabilidade e de Crescimento tem sido um instrumento pernicioso, que tem levado à contracção da economia, à degradação das condições de vida, à diminuição do investimento, e, portanto, à diminuição da dinâmica da economia e ao aumento do desemprego.

Verifico agora que o Partido Socialista adere à posição que há muito tempo defendemos, da necessidade de, no mínimo, rever o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de rever e ultrapassar a obsessão do défice, de, na União Europeia, se pôr a discussão na mesa, de rever todo o modelo do Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido de o adaptar a situações de crise económica e, em particular, de ele poder ser um instrumento de crescimento e de desenvolvimento económico e não um instrumento de contracção, de crise e de mais desemprego.

Se é este o sentido da sua intervenção, congratulamo-nos, Sr. Deputado, pela aproximação que o Partido Socialista tem vindo fazer, designadamente às posições que, desde sempre, temos defendido nesta matéria.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, começo com uma certa tristeza, não pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, que são extremamente oportunas, mas por não ver aqui nenhum Deputado do PSD defender a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, porque, apesar de tudo, ela merece defesa pela maneira como normalmente tem dado a cara. Sei que ontem ficou calada... E sei que eles não sabem o que hão-de dizer, que não têm instruções,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Não é fácil!

*Protestos do PSD.*

O Orador: — Já ficaram animados, pelo menos.

No que respeita à venda do património ao desbarato, é verdade o que o Sr. Deputado referiu, e eu abordei esta matéria quando falei do mesmo tipo de manipulações orçamentais que vão prosseguir, porque, como o Sr. Deputado Lino de Carvalho bem se lembra, o problema é que, quando interrogámos várias vezes a Sr.<sup>a</sup> Ministra sobre esta questão, no primeiro debate do orçamento apresentado por este Governo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra respondeu-nos dizendo que se tratava de fantasias, classificando as perguntas do Deputado Serrasqueiro e de alguns dos nossos camaradas e Deputados como fantasias. As fantasias, depois, concretizou-as, mas enfim...

Portanto, penso que estas manobras vão prosseguir.

Qualquer manobra que envolva a Caixa Geral de Aposentações ou um sindicato de uma organização financeira se não for... De qualquer modo, uma manobra destas com a Caixa será grave, porque é desviar esta entidade dos seus

objectivos; se for com um sindicato de uma organização financeira mais complicado é, depende da maneira como for escriturado. Sei que se preparam para essas manobras e estou extremamente preocupado esse aspecto.

Também quero sublinhar, como reconheceu recentemente na Comissão de Economia e Finanças o Sr. Governador do Banco de Portugal (não sei se nessa altura o Sr. Deputado já tinha sido chamado à Assembleia, mas a acta dessa reunião ainda não está publicada), que, em 2001, não houve qualquer intervenção de receitas extraordinárias deste tipo, mas, mesmo que tivesse havido, quando comparamos os défices, à parte das receitas extraordinárias, o de 2002 é superior ao de 2001. Esta é uma evidência que tem de ser dita, e a máquina de propaganda ao serviço deste Governo tem procurado impedir que se conheça. A verdade é que havia gente de direita que até pensou em encorajar uma destas opções, depois «tiraram o cavalo da chuva», mas esta é uma história para ser contada numa outra altura.

O problema não é a mudança de posições, o problema é que a realidade evoluiu.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi aprovado na altura em que era necessário tranquilizar um conjunto de pessoas, nomeadamente a economia alemã, muito apegados ao marco, apesar do que, em tempos, se passou com o marco; a entrada na zona euro era para garantir isso. Ora bem, isto funcionou durante uns anos, mas começa a ser ululantemente óbvio que algumas das disposições não fazem sentido! É óbvio para a maioria dos governos e para a generalidade dos economistas nacionais e europeus, excepto para alguns teimosos — aos quais se pergunta, como ainda há pouco se perguntou: o que é vão fazer quando a questão do défice passar de moda?! Vão escrever as memórias?!

*Aplausos do PS.*

Sr. Deputado Lino de Carvalho, quanto ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, trabalhamos maduramente sobre isto. O Eng.<sup>o</sup> João Cravinho, o Dr. António Costa, eu e outros colegas propusemos aqui uma resolução que exprimia o que pensávamos e, depois, chegámos a um acordo para que a Assembleia da República ficasse vinculada por essa resolução, e o partido que o Sr. Deputado representa, que é uma figura relevantíssima, votou uma parte importante dos pontos dessa resolução,...

O Sr. António Costa (PS): — Absteve-se!

O Orador: — ... ou, melhor, absteve-se.

Este ponto da resolução foi votado pela grande maioria, a óptica dominante nesta Assembleia é a da reavaliação. Que diabo, por que é que não se faz essa reavaliação?!

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Estão a propô-la aonde? Se a França e a Alemanha não vão cumprir, o que é que se passa? Por que é que este Governo está parado, está quieto, está mudo e quedo? Só sabe ir atrás do que dizem o Secretário de Estado Rumsfeld e Wolfowitz! Que diabo! Trabalhem a bem



do povo português, cumpram a resolução da Assembleia da República. Soube que estão ausentes, mas talvez algum assessor de imprensa os informe.

### *Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração política, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão que hoje gostaríamos de abordar prende-se com aquilo que, de modo incontornável, marcou o Verão no nosso país e em toda a Europa. Refiro-me à vaga de calor, cujos efeitos graves e dramáticos são por demais conhecidos por todos, por toda a Europa. Uma vaga de calor que contrasta, aliás, com catástrofes que, no ano passado, se traduziram, particularmente na Europa Central e de Leste, em grandes inundações, com tremendos prejuízos desde logo do ponto de vista humano, social, ambiental, naturalmente, e económico.

No nosso país, a situação é conhecida: houve uma vaga de calor e com ela houve pessoas que pereceram devido a essa elevadíssima subida de temperatura e incêndios florestais favorecidos pelas condições existentes na nossa floresta e pelas condições climáticas.

Tudo isto para dizer que estamos perante um cenário que torna inequívoco o fenómeno da mudança climática.

Aliás, é curioso observar que o último relatório publicado pelos investigadores norte-americanos e ingleses do painel intergovernamental para as alterações climáticas chama a atenção para o facto de hoje, como nunca tinha acontecido anteriormente, a temperatura do planeta estar a subir de uma forma muito rápida num lapso tempo extraordinariamente curto, de 20 anos. Quer isto dizer que o fenómeno das alterações climáticas não é uma questão menor, não pode continuar a ser tratado como tal, concretamente pelo nosso país.

A situação na Europa é conhecida. Países como o Reino Unido ou a Alemanha têm, ao longo dos anos, e desde a Conferência de Quioto, tomado medidas concretas e estão a cumprir os objectivos que a si próprios se fixaram. Portugal continua a primar pelo descalabro em que a situação se mantém.

Recordo os compromissos assumidos por Portugal, os quais foram, aliás, criticados por nós, Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», por os considerarmos muito pouco audazes, uma vez que permitiam um aumento até 2012 das emissões de CO<sub>2</sub> de mais 40 % e de mais 27 % para os gases com efeito de estufa, e a verdade é que, quando verificamos o sentido da evolução no nosso país, constatamos que, em 2000, já tínhamos ultrapassado os valores que tinham sido fixados e que estávamos a des-carrilar.

O PSD, o maior partido no Governo, na campanha eleitoral e no seu programa, atribuiu importância às alterações climáticas. Era compreensível que assim fosse tendo em conta a gravidade do problema, a sua dimensão num país como o nosso, que, é bom recordar, tem no mar a sua maior fronteira, que vai ser particularmente fustigado e penalizado com a subida do nível do mar, como resultado do aquecimento global, que vai ser penalizado porque tem já hoje uma área desertificada extremamente significativa e é pre-

visível que venha a ter maiores problemas com as secas, que vai ser fustigado pelas mudanças que já hoje são identificáveis e cientificamente provadas do ponto de vista também das chuvadas mais violentas, tudo isto associado ao problema da degradação da qualidade da água, designadamente para consumo humano.

Pois bem, o PSD, finda a sua campanha, seguramente mergulhou numa qualquer paralisia desconhecida, a verdade é que não foi tomada qualquer medida, e o último relatório da União Europeia sobre as emissões, publicado em Dezembro do ano passado, alertava precisamente para o facto de Portugal ser um país que se evidenciava, mas por más razões.

Era o único País que não tinha feito estimativas sobre as medidas concretas que poderiam ser aplicadas e que não tinha quantificado aquilo que essas medidas poderiam permitir em termos de redução das emissões.

Portugal primava ainda na sua originalidade por más razões, por ser o único país que não tinha tomado uma única medida em termos da sua política de transportes, das questões de mobilidade, para reduzir o problema, sendo certo que, no nosso país, em grande medida, a factura energética e o peso da poluição têm, na sua origem, a questão dos transportes.

Há uma autoridade metropolitana de transportes que ainda não saiu do papel. Não há uma única medida concreta em termos da redução e das questões da mobilidade, designadamente dos transportes e da ferrovia. Não há medidas do ponto de vista da conservação da natureza. Não há medidas quantificadas, sérias e precisas também em termos da conservação da energia, do aumento da eficiência energética e da redução da intensidade energética. Não há medidas palpáveis, nem com o mínimo de sustentabilidade, para dar corpo àquele que é hoje um problema ambiental, mas este Verão provou ser um problema económico e de saúde pública.

É bom lembrar que tivemos uma vaga de calor que matou também porque os índices de poluição do ozono estiveram muito para além do que legalmente está fixado, sendo que esta derrapagem afecta a saúde.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta é uma questão demasiado séria, não é uma questão menor — e hoje já se começa a pagar dos pontos de vista ambiental, económico e humano — e não pode continuar a ser esquecida pelo Governo, seguramente pelo governo mais demagógico e pior em matéria de política de desenvolvimento com sustentabilidade.

**Vozes do PCP e do BE: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 16 horas.*

### ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos agendado hoje como ordem do dia um debate com o Ministro da Saúde sobre as consequências da vaga de calor em termos de saúde pública.

Conforme ficou combinado, o debate é iniciado com uma intervenção do Sr. Ministro da Saúde, a quem dou desde já a palavra.

O Sr. Ministro da Saúde (Luís Filipe Pereira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O País viveu recentemente um período excepcional caracterizado pela ocorrência de uma onda de calor nos últimos dias de Julho e parte da primeira quinzena de Agosto, a mais longa e severa de que há memória, com repercussões na saúde da população e a verificação de um número acrescido de óbitos.

A opinião pública não deixou de manifestar a sua preocupação pela situação excepcional vivida e o Ministro da Saúde não pode ignorar essa preocupação ao mesmo tempo que expressa a sua solidariedade para com todos aqueles que foram, directa ou indirectamente, afectados.

Passado menos de um mês sobre o período em que o País foi seriamente afectado pela onda de calor, começa a ser possível fazer uma análise serena e ponderada sobre as situações ocorridas, com base nos dados entretanto recolhidos.

O dever de informar VV. Ex.<sup>as</sup> e a população portuguesa em geral, com transparência e rigor, não se pode compaginar com declarações avulsas e apressadas, carecidas do devido suporte técnico ou de fundamento adequado.

O Governo (e eu próprio) sempre manifestou total disponibilidade para estar presente no Parlamento quando é preciso informar e dar conta do que fazemos enquanto responsáveis principais de um sector como o da saúde. Creio mesmo ter sido o primeiro responsável governamental do sector da saúde dos países afectados pela onda de calor a deslocar-se ao Parlamento para assim informar os Srs. Deputados e todo o País.

Nos dias que se seguiram ao período crítico da onda de calor, de certa maneira instalou-se na opinião pública uma ideia que não corresponde à verdade, a de que se teriam registado, no Serviço Nacional de Saúde, cerca de 1300 óbitos a mais, e todos eles causados pelo excesso de calor então verificado.

De facto, esta informação, assim transmitida, não corresponde à verdade.

Vejamos porquê. Primeiro, o número de óbitos referido no relatório preliminar do Observatório Nacional de Saúde do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge), tutelado pelo Ministério da Saúde, que divulga o índice Ícaro, é uma estimativa provisória, que, aplicando um modelo matemático, faz uma projecção e uma extrapolação nacional sem identificar as verdadeiras causas dos óbitos nem os locais físicos onde ocorreram. Trata-se de um trabalho científico que funciona como indicador e, como tal, não permite que se conclua de imediato que o acréscimo de óbitos seja realmente aquele e muito menos que esse seja o acréscimo registado nas estruturas do SNS.

Segundo, só agora podemos falar com base em dados concretos. Feito o levantamento efectivo dos óbitos realmente verificados no SNS durante a primeira quinzena de Agosto e comparados com os registados na segunda quinzena de Julho, quinzena considerada de mortalidade normal, encontramos um acréscimo total de 545 e obviamente que nem todos atribuídos aos efeitos da onda de calor.

Terceiro, se quiséssemos ser rigorosos e adoptássemos os critérios específicos da classificação internacional de

doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS), cuja décima revisão está em vigor desde Janeiro de 2002, para efeitos de codificação de causas de morte, então o acréscimo de óbitos seria muitíssimo menor. Aliás, foi este o critério adoptado na vizinha Espanha, que, para uma situação igualmente excepcional de temperaturas muito elevadas e persistentes e para uma população quatro vezes mais numerosa do que a portuguesa, relatou a ocorrência de 101 óbitos, o que contrasta com o número 13 vezes mais elevado divulgado em Portugal.

Actualmente, a Direcção-Geral de Saúde está a analisar todas as certidões de óbito referentes àquela quinzena de Agosto e a fazer a respectiva codificação para que ao longo do mês de Setembro possamos, com muito maior rigor, conhecer as consequências reais da onda de calor.

Em outros termos, em relação ao que ocorreu em Portugal podemos distinguir três aspectos.

O primeiro, relacionado com a mortalidade global verificada no País nesse período atribuível à onda de calor. É a este nível que se reporta a estimativa efectuada pelo INSA de cerca de 1300 óbitos baseada numa amostra de registos de 31 das 322 conservatórias existentes e extrapolada para a totalidade do País.

O segundo aspecto diz respeito ao número de óbitos efectivamente verificados no SNS, também no período da onda de calor. Como referi, foi feito um levantamento exaustivo em todas as instituições do SNS, e o acréscimo de óbitos verificado foi de 545.

O terceiro aspecto refere-se ao critério de classificação dos óbitos directamente provocados por golpe de calor ou decorrentes da onda de calor como factor precipitante, de acordo com a classificação internacional de doenças OMS, critério este, como vimos, que foi adoptado em Espanha.

Neste preciso momento, na Direcção-Geral de Saúde foram já codificadas mais de 50 % das certidões de óbito, ao abrigo daquele critério, apurando-se até ao momento quatro óbitos atribuíveis ao excesso de calor verificado na primeira quinzena de Agosto.

Em conclusão, estivemos perante uma onda de calor, que foi a mais longa e severa de que há registo, que se manteve durante um prolongado espaço de tempo, e estas circunstâncias anómalas trouxeram, natural e infelizmente, consequências de lamentar para a população.

Como Ministro da Saúde, e não exclusivamente do SNS, devo ter uma visão abrangente de todos os dispositivos necessários que importa accionar em situações como esta, e a questão que se coloca é a de saber se foram accionados os mecanismos e as acções adequadas à situação excepcional que atravessámos.

A este respeito, devo referir a actuação do Ministério da Saúde, visando prevenir e combater os potenciais efeitos da onda de calor na saúde das populações.

Assim, no dia 30 de Julho de 2003, logo que o Observatório do INSA emitiu o alerta de onda de calor, com potenciais efeitos na mortalidade, dirigido às entidades que têm a seu cargo as intervenções de carácter preventivo junto da população — a Direcção-Geral de Saúde e o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil —, o Ministério da Saúde, através da Direcção-Geral de Saúde, accionou um conjunto de acções, medidas e recomendações dirigidas quer para o interior do SNS, ou seja, para as di-

versas instituições do sistema de saúde, quer para o exterior, visando o grande público.

De facto, foram dadas instruções nesse próprio dia para divulgação imediata do alerta à rede de delegados de saúde de nível regional e sub-regional, também foram contactados os agentes da linha de saúde pública para accionarem o respectivo «módulo de Verão» e novamente actualizado o site da Direcção-Geral de Saúde.

Nos dias subsequentes, toda a informação relativa ao «alerta Ícaro» foi reencaminhada para o nível regional e sub-regional e renovadas as instruções em escritórios expedidos logo em 1 de Agosto, tendo sido mantida a comunicação aberta com serviços dependentes dos delegados regionais de saúde.

Ainda no dia 30 de Julho, a coordenação da linha de saúde pública contactou com o INSA e com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) para acordar mecanismos de coordenação no sentido de assegurar uma articulação com estes organismos.

No seguimento destes contactos foi decidido aumentar os agentes de linha em atendimento telefónico, decisão executada logo em 1 de Agosto, e acordar com o SNBPC que nos seus comunicados incluiria a divulgação da linha de saúde pública. Esta linha foi reforçada, passando de 25 para 50 o número de enfermeiros destacados para o atendimento, a nível do continente. Sublinhe-se que os agentes de linha responderam a 1466 chamadas no período compreendido entre 30 de Julho e 14 de Agosto.

Como reforço das medidas adoptadas foi, igualmente, emitido um conjunto de circulares informativas no dia 7 de Agosto sobre questões relacionadas com a saúde ambiental, no contexto da onda de calor e dos incêndios que ocorreram na primeira quinzena de Agosto.

Neste mesmo período esteve permanentemente accionado o SARA — Sistema de Alerta e Resposta Apropriada —, que mantém em ligação *on-line* os cerca de 300 delegados de saúde do País.

Através deste sistema compete a estes delegados difundirem as normas existentes que contêm as recomendações adequadas para os centros de saúde, hospitais e centros regionais de segurança social, o que foi comprovadamente efectuado.

Recorde-se que estas recomendações são dirigidas aos grupos de pessoas mais vulneráveis, como pessoas idosas, as portadoras de doenças crónicas e as pessoas acamadas, e incluem visitas a lares de terceira idade para aconselhamento, visita a creches e jardins de infância e a sensibilização de corporações de bombeiros voluntários.

Na componente dirigida à população em geral foi prestada pela direcção-geral e pela linha de saúde pública toda a informação solicitada pela imprensa (televisões, jornais e rádios), aproveitando-se, também, a oportunidade para aconselhar medidas de prevenção. Neste quadro, designadamente os noticiários televisivos difundiram, a partir da sede do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, as recomendações aconselhadas pela Direcção-Geral de Saúde, se bem que com menos destaque do que o tema dos incêndios que ocorreram durante o mesmo período de tempo.

Numa primeira avaliação podemos dizer que, globalmente, a resposta do SNS foi positiva. Se não fosse a eficaz

actuação dos profissionais de saúde envolvidos, os problemas poderiam ter sido maiores.

Gostaria, por isso, de deixar aqui o reconhecimento pela actuação e pelos esforços meritórios desenvolvidos pelos profissionais de saúde neste período difícil para o País.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Saliente-se que o SNS respondeu a uma situação excepcional em que se conjugaram duas calamidades — a vaga de incêndios e a onda de calor —, sem solicitar meio excepcionais, já que os hospitais, os centros de saúde e os delegados regionais de saúde não comunicaram à Direcção-Geral de Saúde e ao seu sistema de alerta qualquer anomalia relevante.

No período de tempo em alerta, entre 30 de Julho e 14 de Agosto, não foi recebida na Direcção-Geral de Saúde qualquer comunicação, formal ou informal, sobre anomalias identificadas no SNS relacionadas com a onda de calor. Nenhum dos delegados regionais de saúde recebeu qualquer comunicação por parte de dirigentes ou funcionários do SNS de saúde (incluindo hospitais e centro de saúde), ou ainda do sector privado, designadamente das agências funerárias. A epidemia decorreu, assim, com expressão silenciosa, sem conhecimento dos seus efeitos por parte de qualquer destas entidades, públicas ou privadas, só tendo emergido, publicamente, quando o Ministério da Saúde, por sua iniciativa, através do INSA, divulgou o relatório preliminar. Isto atesta bem a transparência de todo o processo.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Por outro lado, o papel das autoridades de saúde não se limitou a aguardar, tendo sido estabelecidos contactos com os principais hospitais da área geográfica respectiva.

Recorde-se, ainda, que este mesmo período foi caracterizado por uma intensa vaga de incêndios. Face à gravidade dessas situações conjugadas, foram dadas instruções ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para implementar o plano de intervenção rápida de emergência médica (PIREM). Esta acção envolveu muitos meios — médicos, enfermeiros, psicólogos, tripulantes de ambulâncias de socorro e viaturas médicas de emergência e reanimação (VMER). Durante todos estes dias de missão, o INEM manteve uma média diária de meios humanos, de viaturas e de meios técnicos proporcional à evolução no terreno dos incêndios.

Os centros de saúde, hospitais e meios do INEM prestaram apoio clínico específico por causa dos incêndios a 1124 utentes, e isto só foi possível porque muitos colaboradores do SNS se disponibilizaram, voluntária e gratuitamente, para trabalhar nas zonas afectadas, acção que foi muito elogiada por todas as entidades e que me apraz registar e sublinhar aqui.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Perante estes dados, posso confirmar que foram cumpridos todos os procedimentos previstos e adequados para uma situação excepcional.

Embora haja, infelizmente, consequências a lamentar, elas não revestiram a dimensão das consequências verificadas em 1981 quando estivemos perante uma onda de calor significativa, mas de magnitude inferior.

Por último, não posso deixar de fazer uma breve referência à situação ocorrida em Portugal em relação com aquela que se observou em França e que alguns tentaram tornar comparável.

A onda de calor que assolou grande parte da Europa do sul teve consequências graves em vários países, nomeadamente em França. Mesmo tendo em consideração que a população francesa é cerca de cinco vezes maior que a portuguesa, os relatos da epidemia naquele país traduzem uma dimensão da tragédia em nada comparável com a dimensão que terá tido em Portugal.

Atente-se nos relatos do *Diário de Notícias*, de 24 de Agosto de 2003, passo a citar: «As agências funerárias alertavam para a incapacidade de resposta para depositarem nas câmaras frias tão elevado número de mortos. A França descobria então que milhares de corpos estavam a ser colocados em tendas frigoríficas do exército e que um hangar do Mercado de Rungis, que abastece de fruta e legumes a região parisiense, havia sido requisitado para acolher 2000 corpos, envolvidos em sacos de plástico, também frigoríficos, em condições pouco dignas».

Com efeito, basta esta breve descrição para concluir que a situação vivida em Portugal não pode ser comparada àquela que se registou naquele país.

Antes de terminar, gostaria ainda de referir um aspecto, talvez o mais importante: vamos prosseguir com o trabalho de análise aprofundada dos dados e das razões específicas que possam explicar a situação vivida no País naquele período excepcional por forma a que, no futuro, possamos adoptar medidas ainda mais eficazes, se for possível, para melhorar a resposta a situações semelhantes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que se encontram inscritos quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, antes de mais, devo dizer que tive uma surpresa, porque, quando se esperava que V. Ex.<sup>a</sup> aqui nos viesse dizer o que foi feito, nos viesse falar do esforço desenvolvido pelo Ministério, por todas as instituições e estabelecimentos no âmbito da saúde, por todos os seus profissionais, fazendo uma análise crítica daquilo que não terá corrido tão bem, daquilo que seria necessário melhorar e implementar de novo, V. Ex.<sup>a</sup> diz-nos que foi perfeito, que tudo funcionou bem!

Diz V. Ex.<sup>a</sup> qualquer coisa como: veremos agora se em futuras ocasiões poderemos fazer ainda melhor, se possível. Ou seja, neste momento, V. Ex.<sup>a</sup> está profundamente convicto de que tudo o que era possível fazer foi feito, e, à partida, não tem qualquer perspectiva diferente, não vê qualquer outro tipo de iniciativa a tomar nesta matéria.

Disse-nos também que, não havendo nada de anormal, se lembrou de pedir um relatório preliminar. Foi V. Ex.<sup>a</sup> que o pediu a uma instituição tutelada pelo Ministério, como

fez questão de salientar, e o resultado é que o aumento do número de óbitos se estima em 1300 pessoas.

Sr. Ministro, 1300 pessoas não é um ligeiro acerto. Primeiro, qualquer óbito deve ser respeitado em absoluto,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — ... e não deve ser visto com maior ou menor gravidade em função de ter sido isolado ou de ter ocorrido conjuntamente com muitos outros.

*Protestos do PSD.*

A questão que se põe é a de que tornar um qualquer óbito acontecido em probabilidade «zero» é muito difícil, mas, Sr. Ministro, evitar, que neste curto espaço de tempo, ocorresse um número significativo de óbitos, e foram 1300, se calhar já não era assim tão difícil. É que 1300 óbitos neste período, Sr. Ministro, como diz Eduardo Dâmaso, num editorial do *Público*, equivale a mais de metade do número de vítimas ocorridas no atentado do World Trade Center, equivale a mais de 20 vezes o número de pessoas que faleceram na tragédia de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva.

Portanto, estamos a falar de um número enorme, é certo que é uma estimativa, mas V. Ex.<sup>a</sup> disse-nos, aqui, que era uma estimativa feita com base científica e credível, por um instituto credível, com metodologias credíveis. E V. Ex.<sup>a</sup> diz que tudo está bem, que os profissionais trabalharam bem — e a questão não se coloca aqui —, e, depois, faz sucessivamente uma autodefesa, que tem de corrigir no final.

V. Ex.<sup>a</sup> diz que ao nível do Serviço Nacional de Saúde o aumento foi (felizmente, não disse o «apenas») de 545 óbitos, face a períodos homólogos. Sr. Ministro, não é nada?! Não brinquemos! É um número elevadíssimo.

O Sr. Ministro, de alguma forma, está a individualizar esse número, quando V. Ex.<sup>a</sup>, de facto, não é Ministro do Serviço Nacional de Saúde mas Ministro da Saúde e tem a obrigação estrita de olhar pela saúde dos portugueses.

Por isso, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que deste episódio não retira ilação alguma, que nada aprendeu, porque tudo correu na perfeição, deixa-nos francamente preocupados, Sr. Ministro.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro da Saúde informou a Mesa de que responderá no fim a todos os pedidos de esclarecimentos, por uma questão de gestão do tempo de que dispõe.

Assim, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Saúde veio ao Parlamento fazer o seu balanço daquele que é, para já, a meu ver, de uma forma muito aproximada e grosseira, o resultado de uma vaga de calor que atingiu o nosso país.

O senhor falou num determinado número de pessoas, mas eu não entro na guerra dos números, porque penso, em primeiro lugar, que, mesmo que o número tivesse sido inferior, teria sido grave. Mas, porventura, o número será muito superior, na medida em que, como bem sabe, em

Portugal não há (e não é por responsabilidade deste Governo, mas não há) um registo fidedigno das causas de morte, porque isso nunca foi associado a uma preocupação de estudo e caracterização; esse registo é feito apenas efeitos legais. Portanto, estaremos sempre com um retrato muito pouco aproximado da realidade.

Aliás, julgo que não haverá qualquer retrato da realidade verdadeiramente sério se não falarmos de outros problemas que podem ter estado associados, não no imediato, à vaga de calor, designadamente problemas cardíacos, respiratórios, desidratação, ou outros que, eventualmente, não tenham conduzido de imediato à morte mas que têm de ser analisados, pois, a meu ver, são fundamentais para esta caracterização.

Também considero importante que se fale de uma outra coisa, que é o ozono. E tivemos, muitas vezes, os picos do ozono a ultrapassarem o valor legalmente fixado, que é, pura e simplesmente, uma referência, tendo em conta a perigosidade para a saúde humana, como sabe. Do mesmo modo, pode dizer-se que os dados do Instituto do Ambiente estão *on line* no sítio certo, só que no sítio certo não está em permanência uma pessoa para fazer a leitura, donde a Direcção-Geral de Saúde não tem, com menos de 12 horas de atraso, uma informação sobre o que se passa.

Dito isto, sobre os números, penso que estaremos conversados.

Porém, Sr. Ministro, há outra ordem de questões aqui colocadas. Do nosso ponto de vista, aquilo que se passou, se, em parte, é responsabilidade da saúde, é fundamentalmente um problema do Governo. Estamos a falar de uma população, porventura, maioritariamente idosa, alguma dela sem abrigo, de pessoas isoladas e muitas delas com fracos recursos económicos.

Ora, para nós, é inadmissível que não tenha havido uma palavra da parte do Sr. Ministro Bagão Félix, que se tenha mantido em silêncio, que é quem, pela pasta que ocupa, tem a responsabilidade de cuidar dos mais desprotegidos.

Para nós, é inaceitável que o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que, claramente, existe só para decoração no Governo, não abra a boca para dizer uma palavra sobre uma coisa que deveria estar resolvida se Portugal tivesse um programa de acção para as alterações climáticas que obrigam, naturalmente, a fazer uma avaliação e gestão do risco e determinam sistemas de alerta e de intervenção de acordo com o grau de perigosidade das diferentes situações.

Nada disto existe, em Portugal, e, portanto, é esta a razão pela qual temos o senhor...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

**A Oradora:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Pergunto-lhe, Sr. Ministro: acha aceitável que, em 2003, enfermarias tenham ainda, 50 anos depois daquilo que acontecia, temperaturas superiores a 40º? Julga que isto corresponde à saúde e às condições humanas exigíveis em espaços como esse?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, não creio que devamos fazer uma discussão à volta deste tema pela estatística mais ou menos relevante do excesso de óbitos.

Na verdade, o que interessa, e é aqui fulcral, é que, havendo um qualquer excesso óbitos, cuja dimensão neste momento não podemos apurar com todo o rigor, isso, por si só, é já um facto grave e merecedor da atenção dos poderes públicos. E, na realidade, necessita-se de uma resposta política do Governo — e, com certeza, de toda a informação, da que já está disponível e da que virá a estar disponível. Mas, na verdade, o que gostaríamos de saber é o que é que vai ser corrigido, tiradas lições desta vaga de calor, dos mecanismos de contingência que foram acionados?

Dispõe-se o Governo a apresentar-nos aqui, no Parlamento, como nós, Bloco de Esquerda, sugerimos num projecto de resolução que apresentámos, não apenas o relatório do que funcionou bem e funcionou mal mas também um plano com novas medidas concretas para que, em situações análogas, em que haja, no Verão, uma vaga de calor, os portugueses possam ter a confiança de que o Estado não os negligencia, não os abandona.

A questão é mais de fundo, não é apenas da resposta do Serviço Nacional de Saúde, ou do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, é saber que tipo de relações tem o Governo, têm os poderes públicos, com os lares de idosos privados. Como é feito esse aconselhamento? Que grau de credibilidade e de segurança nos pode dar o Governo sobre isso? Como é a situação dos idosos, estejam eles com apoio domiciliário ou isolados? Que tipo de mecanismos tem o Ministério da Segurança Social e do Trabalho?

E mais: independentemente daquilo que, de um modo profissional, tenha sido realizado, por que razão é que o Governo não recorreu — e se pensa poder vir a recorrer, no futuro, mal tenha indicações (e elas existiram por parte do Observatório Nacional de Saúde) de que eventualmente se gere uma situação propícia a um excesso de óbitos por efeito precipitante de uma vaga de calor — aos grandes meios de comunicação social? Por que é que não desenvolveu uma linha informativa que chegasse à grande opinião pública sobre especiais precauções a ter, sobre especiais solidariedades a ter para com os idosos isolados, que seriam, potencialmente, o maior grupo de risco numa situação deste género?

O que gostaríamos de ouvir, da parte do Governo, era garantias, correcções, melhorias, e, eventualmente, um plano aqui apresentado de novas medidas que venham resolver pontos que não estão a funcionar da melhor forma de acordo com o actual Projecto ÍCARO — só isso poderá tranquilizar os portugueses — e não vir aqui dizer que, praticamente, tudo correu na perfeição. Todos nós sentimos que assim não foi...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

**O Orador:** — Termina já, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, todos nós concluímos que assim não foi e que, na realidade, algo há a fazer para alterar essa situação.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, penso que é justo abordar este assunto com toda a serenidade e todo o rigor e não baseá-lo fundamentalmente numa discussão sobre o acerto desta ou daquela estatística. Esse julgo ser um bom ponto de partida.

Mas o Sr. Ministro, que no início da sua intervenção criticou essa tendência, que terá havido nos últimos tempos, acabou por fazer o mesmo: aquando de uma visita que fez a uma zona vítima de incêndios disse que não havia 1316 óbitos relacionados com a vaga de calor e que seriam certamente menos de 1000, mas agora vem lançar um outro número, ou seja, diz que foram só 545. Portanto, entrou na «guerra da estatística», maior ou menor.

O Sr. Ministro citou vários parágrafos do relatório do Projecto ÍCARO, mas sabemos que as estimativas mais fiáveis sobre esta matéria só estarão disponíveis (está lá escrito) em inícios de Outubro e que as estatísticas definitivas só existirão em 2004. Portanto, Sr. Ministro, caiu no mesmo erro que quis criticar no início da sua intervenção.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Orador: — Depois, falou-nos em novos métodos de calcular esta estatística, no novo método da Organização Mundial de Saúde. Mas, Sr. Ministro, não podemos comparar os dados deste ano avaliados pelo novo método com dados anteriores avaliados pelo método antigo. Nem podemos fazer esta comparação com outros países, porque o Sr. Ministro sabe tão bem como todos nós que também os números do governo espanhol, indicando que houve apenas 107 óbitos em consequência da onda de calor, são muito contestados naquele país. E o Sr. Ministro sabe que essa comparação não lhe é benéfica, porque se Espanha tem cerca de quatro vezes mais população que Portugal muito estranho será que tenha cinco vezes menos óbitos pela onda de calor! Por conseguinte, a comparação que fez nem sequer lhe é benéfica.

Queria também falar-lhe da questão das temperaturas nos hospitais e nos serviços hospitalares. De facto, é inacreditável que se coloque esse problema em inúmeras unidades hospitalares do nosso país, e até em regiões do País especialmente sujeitas a altas temperaturas: veja-se o caso do hospital de Évora, em que há 270 camas sem ar condicionado e o do hospital de Portalegre, em que nenhuma das enfermarias tem ar condicionado. Portanto, é inaceitável que estas situações continuem a acontecer no nosso país e que os responsáveis destes hospitais tenham afirmado — e julgo ser verdade — que não há qualquer previsão para a resolução deste problema.

O Sr. Ministro deveria, pois, vir aqui dizer que o problema das temperaturas nos serviços hospitalares vai ser resolvido, que vai haver investimento para resolver os casos mais prementes, como aqueles que referi, e evitar situações como as de visitas terem de levar ventoinhas para aliviar a temperatura nas enfermarias que iam visitar, o que é absolutamente terceiro-mundista e inaceitável num país como o nosso, no século XXI!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bernardino Soares. o seu tempo esgotou-se. Agradeço que conclua.

O Orador: — Termina, Sr. Presidente.

Uma última questão tem a ver com a ausência de uma campanha pública na comunicação social que chegasse directamente àqueles que seriam os mais afectados e aos seus familiares. Isso não existiu. Não basta fazer informações internas, que são essenciais e indispensáveis, ou pôr em alerta o Serviço Nacional de Saúde; é preciso que a população em geral esteja alerta para a situação, porque esta é a única forma de verdadeiramente prevenir os efeitos nocivos de uma onda de calor como a que ocorreu.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde. Dispõe de um tempo total de 5 minutos.

O Sr. Ministro da Saúde: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Afonso Candal, penso que devemos fazer um debate sereno, porque estamos a falar de coisas que são das mais importantes para as pessoas. Eu já disse, até nos órgãos de comunicação social, que não me passa pela cabeça que alguma força política faça aproveitamento político desta situação. Estou convencido, estou intimamente convencido, de que é essa a postura correcta.

Quase telegraficamente, porque o tempo de que disponho não é muito, quero dizer ao Sr. Deputado que ou estive desatento ou então não quis ter em linha de conta as informações que lhe dei. Primeiro, eu não disse que a nossa actuação foi perfeita, disse que foi globalmente positiva, e que, obviamente, nalguns casos, que vou explicar quais, poderia ter sido complementada: a nível global, por actuações de comunicação social, por exemplo. Nós fizemos um esforço nesse sentido. Também é preciso dizer-se que a comunicação social esteve muito centrada nos incêndios, e isto não é uma crítica, é a verdade.

Por outro lado, o Sr. Deputado não ouviu aquilo que eu disse ainda há pouco: esta epidemia desenvolveu-se de tal forma que nenhuma entidade, pública ou privada, incluindo agências funerárias, relatou o que quer que fosse. E, apesar disso, nós pusemos no terreno todos os mecanismos de uma maneira eficaz e eficiente.

Além disso, Sr. Deputado Afonso Candal, bastava haver uma morte, uma única, para nós estarmos preocupados. Portanto, eu não quero fazer nenhuma — nenhuma! — análise de tipo estatístico. Não estamos a falar de estatística, estamos a falar de pessoas!

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

O Orador: — Estamos a falar daquilo que é mais sagrado para as pessoas, e o Sr. Deputado não me ouviu, com certeza!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*



Por outro lado, considero que utilizou uma expressão infeliz quando disse «não brinquemos». Ó Sr. Deputado, se há alguém que está a brincar com estas questões não sou eu, seguramente!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Afonso Candal.*

O Sr. Deputado é que o disse, não fui eu.

Temos de ter uma postura séria, ponderada, sensata, como eu disse na comunicação social. É por isso que aqui estou. E, obviamente, vamos tentar melhorar ainda mais aquilo que temos, para que, em futuros acontecimentos deste tipo, possamos ter uma melhor resposta.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro fez algumas considerações quanto ao registo de óbitos. Ainda há pouco falei que ainda podemos melhorar, a aí está um dos pontos — não quero exagerar ao dizer que será o único ponto — em que podemos melhorar, que é o de se ter acesso mais imediato ao número de óbitos para dele se poder extrair um conhecimento mais exacto. Esse aspecto, o de sabermos com maior celeridade o que é que se passa ao nível do registo de óbitos é bastante importante.

No que diz respeito à população idosa, por exemplo, ainda há pouco referi — talvez a Sr.<sup>a</sup> Deputada estivesse desatenta — que foram difundidas instruções para todos os delegados de saúde, normas escritas há um ano, de acordo com o sistema existente. Os delegados de saúde foram todos avisados no sentido de terem essa actuação, e ela foi seguida. Poder-me-á dizer que não o foi na totalidade do País, mas eu não possuo quaisquer registos que me digam o contrário.

Ainda mais um exemplo: tenho uma carta do hospital de Castelo Branco, que foi bem atingido por essa situação, segundo a qual — isto também serve de resposta ao Sr. Deputados Bernardino Soares quanto à climatização — no Hospital Amato Lusitano só foi possível diminuir o índice de mortalidade devido às verbas destinadas à climatização do hospital que foram distribuídas por este Governo.

O Sr. Deputado referiu um caso e eu estou a referir-lhe outro.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Referi dois!

O Orador: — Posso dizer-lhe também que para a totalidade dos hospitais portugueses — que, como todos sabem, têm deficiências, que não são de agora, são de vários anos, e não podemos de um dia para o outro resolvê-las todas — tem sido feito um esforço nesse sentido, não só por parte deste Governo mas também de governos anteriores, e tudo o que é urgências, blocos operatórios e cuidados intensivos na sua esmagadora maioria está climatizado.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — E as enfermarias?

O Orador: — Há áreas do internamento que têm alguns problemas. Aí está outro ponto que talvez possamos melhorar.

Sr. Deputado, para não ser demagógico tem de assumir que são problemas que vêm de há vários anos atrás e que

não é lícito pedir a um determinado Governo que as resolva num ano e tal de funções. E não estou a desculpar-me, estou a referir um dado concreto, objectivo.

O Sr. Deputado Luís Fazenda disse que temos de tirar ilações do que se passou. É evidente que sim. Aliás, se reparar, foi esse o tom final da minha intervenção.

O que eu disse é que, apesar de esta epidemia se ter processado de uma forma silenciosa — e volto a repetir que nenhuma entidade pública ou privada referiu o que quer que fosse —, estivemos constantemente no terreno, difundimos instruções, garantimos que o sistema existente fosse levado à prática. Isso é incontroverso; temos documentos e até declarações de associações nacionais de médicos de clínica geral, que penso serem insuspeitas, dizendo que foram informados.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — E os lares de idosos?

O Orador: — Portanto, em relação à prevenção, há trabalho feito. Mas é preciso dizer que também há um aspecto global a ter em conta que tem a ver com toda a sociedade. Muitas vezes fala-se em mortes evitáveis, mas, por exemplo, sem estar a alijar responsabilidades, mortes por acidentes de viação e por síndrome da SIDA podem ser evitáveis desde que as pessoas sigam as recomendações. Há, pois, também que olhar para este fenómeno em termos sociais e não podemos fazer um aproveitamento político dele.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se.

Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, termino já.

Sr. Deputado Bernardino Soares, não entrei aqui em nenhuma polémica quanto a números, apenas dei dados objectivos, e só isso. Já tive oportunidade de dizer que não tenho nenhuma intenção de estar a jogar com estatísticas.

Também devo dizer-lhe que a Classificação Internacional de Doenças é da autoria da Organização Mundial de Saúde, que é difundida para todo o mundo, para todos os países, e não contém novos métodos.

Por último, deixe-me dizer-lhe que, no que diz respeito à climatização dos hospitais — não quero fugir a este ponto —, tenho comigo uma relação daquilo que existe e que lhe posso entregar, mas, tal como já referi, tem algumas deficiências.

O que o Sr. Deputado não pode negar é que, por parte dos profissionais de saúde — também tenho de defendê-los —, houve uma actuação no terreno que foi a mais eficaz de forma a combatermos este período excepcional para o País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, Srs. Membros dos Governo, Srs. Deputados: Começo por me referir à questão dos profissionais de saúde. Nenhuma intervenção aqui proferida, tanto

quanto ouvi, pôs em causa ou diminuiu a importância do esforço dos profissionais de saúde e o modo como foram capazes de dar resposta a inúmeras situações provocadas por esta onda de calor. Portanto, não vale a pena o Sr. Ministro declarar o seu reconhecimento aos profissionais de saúde como se outros o estivessem a limitar.

E sobre os dados digo apenas mais isto: nós não introduzimos nenhuma polémica em relação aos números da estatística. Foi o Sr. Ministro da Saúde que, já depois de terem sido divulgados os dados do Projecto ÍCARO, segundo os quais ocorreram mais 1316 óbitos do que em período equivalente, o que equivale a um acréscimo de 37,7 %, veio falar, em meados de Agosto, de um número de óbitos inferior a 1000, tendo-nos agora dado conta de 545 óbitos, quando do próprio Projecto ÍCARO consta que só haverá estimativas definitivas em inícios de Outubro e que os dados estatísticos finais só estarão disponíveis em 2004. Quero, pois, salientar com isto que existe contradição entre essa necessidade de não fazermos deste debate, mais à frente ou mais atrás, a análise da estatística e a sua própria intervenção.

Constatei que não se voltou a referir à comparação com Espanha, porque certamente não é agradável, tomando por bons os seus números, que um país mais pequeno, como Portugal, tenha tido 545 óbitos e que um país quatro vezes maior em termos de população, como a Espanha, tenha tido apenas 107 óbitos. Julgo que isso não será favorável, mas também não é a questão mais importante.

Quero também referir-me mais aprofundadamente à questão da campanha que foi feita junto da população. Sr. Ministro da Saúde, ninguém levantou dúvidas, pela nossa parte não levantámos, sobre o funcionamento dos mecanismos do sistema que estava organizado: a informação aos delegados de saúde, às autoridades de saúde regionais e às unidades do Serviço Nacional de Saúde. Não é esse o problema. O problema é que várias entidades, incluindo os delegados de saúde, referiram a necessidade de fazer uma campanha que chegasse directamente à população, porque não era suficiente informar os serviços e a estrutura que está habilitada para responder a estas situações, era preciso chegar aos próprios destinatários, aos grupos de risco, e foi isso que faltou.

Dirá o Sr. Ministro, como já disse na sua intervenção, que «o panorama mediático estava ocupado pela questão dos incêndios». É verdade, mas esta matéria certamente não seria descurada e teria havido possibilidade de limitar ou, pelo menos, de precaver melhor algumas destas situações.

De resto, a própria Direcção-Geral da Saúde tem recomendações para estas situações de calor, que estão na *Internet*, e uma delas, por exemplo, é a de que as pessoas mais idosas que vivem isoladas encontrem um esquema com os seus familiares ou amigos para que sejam contactadas várias vezes ao dia, com o fim de poder acautelar-se qualquer situação imprevista. Ora, as pessoas não puderam saber disto, porque esta recomendação, como outras, não teve ampla divulgação na comunicação social. Não bastava só responder a perguntas, a campanha tinha de ser intensiva, alertando para a possível gravidade da situação.

Ainda por cima, os índices do Projecto ÍCARO teriam dado várias oportunidades para isso, porque foi ultrapassado o ponto 1 a 30 de Julho, quando se deu o primeiro

alerta, período que durou até cerca de 2 Agosto, tendo havido depois mais dois períodos de grande intensidade de calor, entre 5 e 7 de Agosto e 11 e 13 de Agosto. Nestes dois períodos subsequentes poderia ter havido, mesmo que tivesse existido uma falha no primeiro, uma resposta mais eficaz.

Passo agora à questão dos recursos humanos. O problema, Sr. Ministro, é que a grave situação de recursos humanos que vive o nosso Serviço Nacional de Saúde é mais crítica nos meses de Verão, altura em que, justamente, muitos destes profissionais gozam o seu direito de férias, que não está evidentemente em causa. Mesmo na região do Algarve, que o Sr. Secretário de Estado tão bem conhece, que tem um plano anual de reforço com profissionais de outras regiões para precaver essa situação de férias, porque tem mais população na altura do Verão, este ano esse plano teve muito pouca incidência, designadamente ao nível dos centros de saúde, e não houve praticamente requisição e prestação de serviços de profissionais de outras regiões.

Além disso, generalizou-se por vários hospitais, também na região do Algarve, por exemplo, uma recusa quase sistemática em recorrer a horas extraordinárias dos profissionais, mesmo para substituição de outros que faltavam,...

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Não é verdade! É exactamente o contrário!

O Orador: — ... uma recusa que continua, por exemplo em relação aos enfermeiros no que respeita à atribuição de horários acrescidos, o que teria permitido, numa situação de grande crise de recursos humanos, dar uma resposta mais adequada. E isto, evidentemente, só salienta o valor dos que deram esta resposta nas instituições de saúde.

Termino, referindo-me à questão das instalações deficientes, de que já falei. Continuamos a constatar que não vamos ter, pelo menos para já, um plano com metas, com datas, para a climatização das unidades hospitalares.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

Faça o favor de terminar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Já agora, gostava de deixar um último aviso, Sr. Ministro: a Organização Mundial de Saúde já preveniu que é muito importante que grupos de risco especialmente sujeitos a infecções respiratórias sejam vacinados contra a gripe por causa do eventual ressurgimento da síndrome respiratória aguda nos próximos meses de Outono e Inverno. Esperamos que, depois, não seja preciso fazermos outro debate de urgência para discutirmos o problema da incidência dessa doença no nosso país e que, atempadamente, o Ministério saiba tomar essas medidas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aceitando o

repto de aprendizagem com os factos que o Governo e o Sr. Ministro da Saúde lançaram, penso que a primeira aprendizagem a fazer, definitivamente, é de que a excepcionalidade vai passar a ser regra. E das duas uma: ou os serviços estão organizados e fazem uso do conhecimento técnico e científico para lidar com essa situação, bem como dos meios que actualmente estão ao nosso dispor para accionarem previamente os alertas, ou, seguramente, continuaremos a somar dissabores e debates, a par de perdas inúteis de vidas.

A segunda questão que nos parece importante, tendo em conta uma realidade incontornável que prevalece em muitas unidades hospitalares (foi dado um exemplo que existe no Alentejo, mas julgo que podemos não sair de Lisboa, basta visitar os hospitais de Santa Maria, de Cascais e de Curry Cabral para perceber que ela existe em muitos locais), é a falta de climatização e de isolamento nos hospitais, ou seja, os doentes que estão nas enfermarias torram no Verão e passam frio no Inverno. E isto não é aceitável num País que gasta milhares e milhares de contos em estádios de futebol!

A terceira questão a que desejo referir-me, e que me parece óbvia, tem a ver com a necessidade de fazer chegar a informação em tempo útil às pessoas, à esmagadora maioria dos cidadãos, fazendo uso dos meios de comunicação social, designadamente da televisão e da rádio, informação que é útil, que está nos *sites*, mas é necessário que não tenhamos ilusões, porque a esmagadora maioria dos portugueses não os consulta, designadamente os mais idosos ou as crianças, que têm de ter cuidados especiais, que são grupos de risco.

Outro aspecto que me parece evidente e resultante deste facto é a necessidade de prevenção e gestão do risco, tendo em conta que as alterações climáticas não são ficção, são realidade. Elas significam a necessidade de pôr em marcha...

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se.

Tenha a bondade de terminar.

A Oradora: — ... um programa de acção para as alterações climáticas, do qual o Ministério da Saúde não se pode alhear, e implicam também a necessidade de eficácia nos sistemas de alerta, por exemplo em relação à poluição atmosférica, porque também ela é causa de morte.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma breve intervenção para destacar três pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, não querendo fazer deste debate uma guerra estatística, devo dizer que há uma incoerência de números gritante, Sr. Ministro. De facto, parece que alguém anda a brincar com os números, porque, apesar dos 1316 óbitos que foram falados e publicados durante todos estes dias, a V. Ex.<sup>a</sup>, hoje, isso quase passou despercebido, tendo-nos falado em 4 óbitos precipitados pelo calor do Verão.

Esses foram os dados que V. Ex.<sup>a</sup> nos deu, e eu pergunto, Sr. Ministro: e então os 1312 óbitos estimados, que ocorreram a mais este ano, foram devidos a quê? Pergunto-lhe isto, porque se houve um problema evidente com o calor se calhar V. Ex.<sup>a</sup> vai descobrir que o problema maior não foi o calor, mas outro qualquer, visto que V. Ex.<sup>a</sup> reduziu, aqui, hoje, 1316 óbitos a 4 óbitos com uma grande facilidade. De facto, isto não pode ser uma guerra estatística, mas também não pode ser uma brincadeira de números.

Quanto à questão de não ter havido campanha na televisão, o Sr. Ministro alegou uma grande dificuldade por causa dos incêndios. Acredito que V. Ex.<sup>a</sup>, quando se esforça nas suas acções mediático-propagandísticas em proveito, enfim, do seu ministério ou do seu Governo, às vezes também tenha dificuldades, mas esforça-se tanto que consegue aparecer em todos os canais de televisão. Bem, rapidamente passa o efeito, porque a realidade tem sido, por diversas vezes, expedita em desmentir as afirmações de V. Ex.<sup>a</sup>.

Finalmente, V. Ex.<sup>a</sup> diz estar há pouco tempo no Governo. Bem, isso é relativo, porque tudo depende das suas opções, e ou o Sr. Ministro as assume ou não! É que V. Ex.<sup>a</sup> gastou 900 milhões de euros a criar sociedades anónimas! 900 milhões de euros! Estes 900 milhões de euros eram suficientes para V. Ex.<sup>a</sup>, se calhar, ter resolvido o problema da climatização da totalidade dos hospitais. É uma questão de opção política e não uma pesada herança! V. Ex.<sup>a</sup> tem uma pesada herança para algumas coisas, que carrega com grandes dores, mas para outras tem 900 milhões de euros e diz-se grandemente inovador.

O Sr. José Magalhães (PS): — É selectivo!

O Orador: — Sr. Ministro, assumo as suas opções!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos aqui hoje para debater as consequências da recente onda de calor no sistema de saúde e o comportamento deste face a essa anormalidade. É um bom tema de debate político sobre uma má circunstância da nossa vida social e que merece, de todos nós, a maior atenção e a expressão do mais profundo pesar.

Este debate, para que promova a necessária clarificação, deve ser desenvolvido em toda a sua amplitude e no quadro dos vários níveis de responsabilidade. É o que estamos a fazer.

Os sistemas de organização social, e o da saúde não é excepção, desenham-se para um quadro de normalidade — a onda de calor que se sentiu em Portugal e por toda a Europa foi verdadeiramente excepcional —, só que a normalidade deve significar capacidade de reacção e de ajustamento às próprias situações de anormalidade com as quais os sistemas se venham a confrontar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

**A Oradora:** — É hoje claro que, em face das circunstâncias geradas pela onda de calor, o nosso sistema de saúde não apenas revelou capacidade de reacção e de ajustamento como demonstrou que o esforço de modernização estrutural que vem sendo desenvolvido nas últimas décadas permitiu qualificar a nossa rede de serviços de saúde para as várias solicitações.

*Risos da Deputada de Os Verdes Isabel Castro.*

Não parecem restar dúvidas de que nesse plano, das infra-estruturas, a análise comparativa dos impactes de calor e das consequências fatais por eles gerados nos é francamente favorável, tendo contribuído para esse facto outros factores, nomeadamente os que se prendem com a resposta qualificada dos nossos profissionais de saúde.

No domínio da coordenação e operacionalidade dos serviços, e apesar da conjugação de factores determinantes, como as férias de Verão ou a mobilização para os incêndios florestais, não há qualquer indício que nele aponha falhas. A conclusão política natural é a de que os serviços de saúde integraram rotinas que lhes permitiram agir, face a circunstâncias anormais, com um grau de operacionalidade francamente satisfatório e eficaz.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Os méritos devem ser imputados a todos os profissionais de saúde, aos quadros e dirigentes de serviços, mas não podem deixar de ser, igualmente, creditados às tutelas, que têm sabido criar as condições políticas de gestão do sector da saúde, e a esta tutela, em particular, que tem procurado introduzir no sistema uma cultura de serviço claramente dirigida para o utente e para as suas necessidades e interesses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A coordenação e a operacionalidade dos serviços são, nesta matéria, as que verdadeiramente interessam. São a matéria-prima da acção política do Governo e é sobre a sua eficiência ou ineficiência que o Governo deve ser politicamente julgado. Tudo o resto são questões políticas menores, até mesmo, permitam-me que o afirme, algumas das críticas que têm sido dirigidas ao Ministro da Saúde, e que são marginais à importância política que as questões em causa — estamos a falar de doentes e da morte de pessoas — justificariam.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Por vezes, na ausência de argumentação sólida sobre o essencial, há a tentação para recorrer à lateralidade, à irrelevância e até mesmo à técnica da demagogia argumentativa, apenas para cumprir um certo ritual crítico que o estatuto de oposição reclama.

**O Sr. Patinha Antão (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Isso é uma vergonha!

**A Oradora:** — Neste caso, exigia-se a dispensa desse ritual, em nome da gravidade das matérias em causa e do respeito que a vida das pessoas nos merece.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estando onde estamos, têm de merecer resposta adequada algumas das críticas que foram deixadas. Faço-o em nome do Grupo Parlamentar do PSD, porque aqui está, sem qualquer vacilação ou artificialidade, a barreira política de defesa deste Governo.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Exigiu-se maior visibilidade política do Ministro da Saúde durante a onda de calor. Argumento curioso, já que, a satisfazê-lo, alimentar-se-ia, certamente, o fundamento da crítica inversa: a de que o Governo estaria a aproveitar as circunstâncias para a sua promoção política.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Mas mais importante ainda é não perceber que, para nós, contam mais os resultados do que as autorias, servem melhor os portugueses os serviços e o seu funcionamento regular do que a intervenção mediática dos titulares políticos.

*Aplausos do PSD.*

Para nós, cada um deve cumprir a sua função: os serviços no domínio operacional e da coordenação; o Governo no ordenamento e decisão política global. Aos técnicos o que é dos técnicos, aos políticos o que é da política.

**O Sr. Patinha Antão (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — É esse entendimento que permite concluir que há respeito e confiança em todos aqueles que operam no sistema de saúde e que têm dado exemplo de reconhecido mérito.

Do fraco eco desta crítica política rapidamente se passou ao cobarde anonimato da tese da incúria e da irresponsabilidade, esgrimindo números de óbitos imputados à vaga de calor que indiciavam uma catástrofe desmedida. Foi mau! O nosso respeito pela vida é tão profundo e tão sentido que nos incomoda a morte de um cidadão sequer, seja em que circunstâncias e por que motivo for.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Faz parte da nossa cultura humanista, da nossa matriz ideológica, em que o indivíduo não é subordinável ao social, no que respeita aos seus direitos como pessoa humana.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A falta de climatização nas unidades de saúde foi um desses argumentos. Pois se há domínio em

que o PSD e o Governo podem ser identificados no sector da saúde é justamente no da melhoria das infra-estruturas do sistema, o que, aliás, como se lembram, serviu de motivo de crítica de muitos, contrapondo a política do cidadão à política do betão. O que simbolizava essa política do betão senão a estratégia de infra-estruturação do País?!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Isso é verdade!

A Oradora: — E mesmo que essa crítica irresponsável fosse de acolher ela não deixaria de ter um efeito *boomerang*, tendo como alvos aqueles que dirigiram o País nos últimos Verões.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma coisa é certa: o Serviço Nacional de Saúde respondeu com eficácia a todas as situações, ultrapassando mesmo aqueles que são apontados como verdadeiras referências pela própria Organização Mundial de Saúde.

A rede de cuidados de saúde funcionou perfeitamente e, tal como nos incêndios, também aqui o Governo accionou todos os meios disponíveis para minimizar os efeitos do excesso de calor, em especial nos mais fragilizados, designadamente nos nossos idosos.

Os responsáveis regionais foram alertados e instados a agir segundo orientações claras e precisas.

Os profissionais apoiaram, desde a primeira hora e sistematicamente, a Linha Saúde Pública, identificando e acompanhando os idosos em potencial situação de risco.

Os cuidados continuados foram reforçados com o alargamento do funcionamento de alguns centros de saúde a 24 sobre 24 horas.

Mas igualmente importantes foram os sucessivos apelos feitos, através dos órgãos de comunicação social, sobre como proceder perante a vaga de calor.

Esta é a marca do Governo: decidir e agir, implementando medidas concretas e eficazes, mesmo quando ocorrem situações de excepção e de calamidade.

Ninguém pode evitar a acção extrema da Natureza, mas é nosso dever e nossa responsabilidade saber actuar para minorar os seus efeitos mais perniciosos. Foi o que o Governo soube fazer.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, não nos serve de consolo mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é por certo relevante constatar e lembrar que a mortalidade deste Verão foi inferior à do Verão de 1981, apesar de as circunstâncias terem sido, desta feita, bem mais adversas.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Passaram 20 anos!

A Oradora: — Mas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não estamos satisfeitos.

O País está consternado por tudo o que aconteceu este Verão, pelas vidas que se perderam, pelos cidadãos que sofreram as consequências terríveis dos fogos florestais, pelos prejuízos causados a cada um e a todos os portu-

gueses. Este sentimento une-nos a todos. Deve unir-nos, igualmente, a seriedade na constatação de que nada de essencialmente diferente era exigível do Ministro da Saúde, dos serviços e da forma como agiram. Perante as circunstâncias excepcionais geradas, houve capacidade de avaliação, de coordenação e de funcionamento, o que nos permitiu, apesar da intensidade do calor, não termos atingido a dimensão catastrófica que outros, infelizmente, sofreram. Também para eles vai a nossa solidariedade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Temos confiança de que é sempre possível fazer mais e melhor, mas estamos certos de que, perante uma boa prática, que confirma o Serviço Nacional de Saúde e que reforça o caminho das reformas que o Governo encetou e está a desenvolver, todos estaremos de acordo.

Por isso, a si, Sr. Ministro, e a todos os profissionais de saúde, o nosso mais sincero reconhecimento e o apreço pela eficácia e confiança que transmitiram aos portugueses.

Confiamos e exigimos que saiba continuar a imprimir o rigor e o sentido de responsabilidade necessários à permanente reforma e melhoria da eficácia do sistema de saúde na prestação dos cuidados de saúde. Conte connosco, porque estaremos consigo nesta nobre tarefa, pela saúde dos portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sr. Ministro da Saúde, fiquei admirado porque chega a concluir que há, praticamente, uma medida, uma zona a melhorar na resposta a uma epidemia deste género, que é a agilização da informação, do conhecimento do registo de óbitos. Praticamente mais nada a aperfeiçoar no sistema de resposta a uma situação deste género! Creio que é uma afirmação forte e grave, porque os portugueses ficam a saber que, com as disfunções que todos verificamos que existiram — e não estamos aqui a penalizar os profissionais nem o Serviço Nacional de Saúde —, pouco haverá a fazer para melhorar o sistema de resposta e que, como tal, a expectativa negativa, face à ocorrência de uma situação congénere, vai manter-se.

Esperáramos, da parte do Governo, algumas medidas de correcção, uma das quais é uma evidência que entra pelos olhos dentro e que é suficientemente razoável para ser consensualmente aceite, ou seja, uma campanha informativa em situações desta anomalia,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... uma campanha informativa continuada e persistente nos órgãos de comunicação de massa — na televisão, na rádio, nos jornais principais. Mas nem sequer esta sugestão parece caber nas rectificações e melhorias que o Sr. Ministro da Saúde pretende imprimir ao projecto de resposta a esta epidemia.

Sr. Ministro da Saúde, as pessoas esperam a protecção dos serviços públicos. Nós precisamos, com certeza, do auxílio da sociedade, mas o Estado tem um papel.

O Sr. Ministro da Saúde compara aqui um condutor, um automobilista a um idoso vulnerável?! É uma questão de seguir recomendações?! Não creio que estejamos a comparar coisas que sejam similares!

Essas pessoas constituem um grupo extraordinariamente vulnerável, estão isoladas e têm dificuldade em defender-se numa situação de penosidade anormal. Por isso lhe perguntei, Sr. Ministro, pois creio que está aqui não apenas como Ministro da Saúde mas como coordenador de uma relação interministerial entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social e do Trabalho (o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social também está presente mas não tivemos o prazer de o ouvir), aquilo que muitos portugueses perguntam, mas não obtive resposta.

Sr. Ministro, que relações têm os poderes públicos de conhecimento, de controlo e de supervisão quanto ao sector privado, aos lares de idosos? Que fiabilidade tem esse tipo de relações? Que garantia têm os portugueses de que grupos de risco e vulneráveis, os lares de idosos, são suficientemente acompanhados para não ficarem numa situação de especial fraqueza numa ocorrência deste género?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, creio que precisamos de respostas. Quais são, efectivamente, as capacidades da segurança social? De que forma pode haver planos, aplicáveis, de apoio a idosos isolados?

Creio que o que a sociedade procura é respostas a estas perguntas, não precisa que o Sr. Ministro venha dizer-nos que isto é um pouco como os acidentes de automóvel, que não ocorreriam se fossem cumpridas as regras do Código da Estrada, ou que a situação destes grupos vulneráveis é igual à das pessoas que não seguiram as recomendações e contraíram SIDA, contraíram essa infecção.

Não creio que as situações sejam congêneres. Do que se precisa é de tranquilidade e de uma resposta efectiva do poder público.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, Sr. Secretário de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A minha primeira palavra neste debate, em nome da bancada do CDS-PP, é, naturalmente, para as famílias de todos aqueles que perderam a vida por causa desta vaga de calor e para todos os outros que durante este tempo de Verão perderam também as suas vidas. É uma palavra de respeito, porque quando discutimos estas matérias estamos a discutir vidas humanas. Muitas vezes, há tendência para começar pelos números. Para nós não faz sentido começar pelos números mas, sim, pelas pessoas, e é esse respeito que prestamos neste momento.

Em segundo lugar, uma palavra também para com os profissionais de saúde. Nenhum sistema é eficaz nem produz resultados, sejam eles satisfatórios ou não, se aqueles

que estão no terreno para executar tudo aquilo que está previsto nesse mesmo sistema não o fizerem com eficácia.

Como é óbvio, neste caso, independentemente da avaliação que cada um possa fazer dos resultados da actuação quer do Governo quer do Serviço Nacional de Saúde nesta matéria, a actuação dos profissionais de saúde foi meritória e deve também, em primeiro lugar, ser salientada pelo esforço acrescentado que fizeram. A situação não foi excepcional só pela vaga de calor, foi excepcional também porque, ao mesmo tempo, o País vivia uma situação também ela extraordinária no que diz respeito aos fogos florestais, que exigiram dos profissionais de saúde uma actuação muito para além daquilo que estava estipulado, muitas vezes muito para além das suas próprias capacidades iniciais.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Esse esforço, que foi para além daquilo que era a obrigação dos profissionais de saúde, tem e deve ser salvaguardado.

Quero ainda dizer que não faz sentido discutir os números, mas também não faz sentido ignorarmos as realidades, e há aqui realidades diferentes! Os números que nos são trazidos representam também essas mesmas realidades. Por exemplo, para o critério da Organização Mundial de Saúde, que é um critério claro, que diz claramente os casos em que se considera que os óbitos são provocados por estas circunstâncias excepcionais relacionadas com o calor, há, em Portugal, quatro mortes registadas durante este período.

Isto não desvaloriza minimamente a situação, porque, para nós, quatro mortes são sempre quatro mortes e são sempre muito importantes, mas faz com que tenhamos presente a situação com que estamos a lidar. Não podemos lidar da mesma maneira, iludirmo-nos com determinados números e, depois, actuarmos de uma forma que não é eficaz exactamente porque não estamos a agir de uma forma coerente com os números que tínhamos presente.

No que diz respeito à actuação do Governo há que analisar, antes de tudo, se este fez alguma coisa do ponto de vista preventivo ou se foi surpreendido pela situação. Pelos dados apresentados pelo Sr. Ministro, pela informação que temos neste momento — e temos a informação no momento apropriado, porque não fazia sentido, antes de estarem recolhidos todos os dados, prestar informações avulsas, que poderiam levar a que tivéssemos interpretações erradas sobre a situação —, sabemos que o Governo, logo no início da situação, actuou junto de quem tinha de actuar, de cima para baixo, na hierarquia do Serviço Nacional de Saúde, informando e prevenindo a situação que iria ocorrer.

Depois, obviamente, é preciso saber quais foram as solicitações que existiram, quais foram as realidades que provocaram essa situação excepcional ou que vieram reiterar a excepcionalidade da mesma. Houve um aumento substancial do recurso às urgências nos nossos hospitais e centros de saúde? Houve alguma ruptura em algum hospital, quer seja nas urgências quer seja nos internamentos? Houve alguma queixa por parte de direcções de hospitais, de profissionais de saúde ou de cidadãos individualmente em relação ao funcionamento do sistema nesta situação?



Não houve nenhuma destas realidades, ou seja, em termos de solicitações extraordinárias não existiu nada. Ainda assim, o Governo manteve a sua actividade, manteve as medidas preventivas e manteve as medidas de intervenção para resolver este problema.

Deste modo, não podemos fazer outro balanço que não seja positivo. Não é um balanço arrogante, nem no sentido de tentar esconder que houve uma vaga de calor no nosso país, nem para tentar dizer que este Governo conseguiu fazer aquilo que era perfeito, ou seja, baixar as temperaturas durante esse período. É que a única medida perfeita que qualquer governo poderia tomar para resolver uma situação destas era, de facto, baixar as temperaturas, e isso não está ao alcance do ser humano, como é por demais evidente!

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS):** — Está a brincar!

**O Orador:** — Porém, aquilo que podia fazer-se dentro do sistema, fez-se! A actuação do Governo não foi perfeita, mas foi preventiva, foi permanente, porque acompanhou toda a situação, e foi eficaz, porque, de facto, os resultados que se apresentam agora são satisfatórios.

Sr. Ministro, já foram aqui levantadas algumas questões importantes. Por exemplo, ficámos a saber que há algumas insuficiências num campo no qual o Governo até actuou bem este ano. Refiro-me à climatização dos hospitais. Ficámos a saber que, em alguns casos, a condição ainda não é satisfatória, mas também ficámos a saber — e é importante salientá-lo — que, por exemplo, em Castelo Branco, a intervenção do Governo este ano permitiu que se verificasse uma situação completamente diferente.

Isto faz com que possamos ter esperança de que a actuação do Governo no futuro seja exactamente no mesmo sentido. Caso se repita uma situação como esta — espere-mos que não volte a repetir-se —, a actuação do Governo, entretanto, permitirá minorar ainda mais os seus efeitos.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É exactamente em relação ao futuro que eu gostaria de questionar o Sr. Ministro.

Enquanto membro da comissão que acompanha os assuntos de saúde nesta Casa, gostaria de saber se o Ministério da Saúde, na pessoa do Sr. Ministro, está disponível para, num debate sereno, numa avaliação clara deste tipo de situações, discutirmos quais são as medidas e as soluções (aí todos os partidos poderão apresentar concretamente sugestões) que podem, no futuro, concretizar-se no sentido de minorar este tipo de ocorrências. É que esta maioria não é nunca uma maioria satisfeita. Podemos até considerar que a actuação do Governo foi positiva, mas queremos sempre ir mais longe: é a ansiedade de continuar a servir os portugueses e de ser cada vez mais eficazes nesse mesmo serviço.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não consideramos, como disse o Sr. Deputado Luís Fazenda — neste aspecto discordamos —, que os cidadãos tenham de esperar a protecção do Estado, mas têm de esperar eficácia do Estado. É no sentido de uma

actuação eficaz do Estado que deve concentrar-se a actuação do Ministério da Saúde. O Sr. Ministro contará sempre com a disponibilidade do Grupo Parlamentar do CDS-PP para trabalhar exactamente no sentido dessa eficácia.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Carito.

**O Sr. Luís Carito (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A previsão técnica de eventuais repercussões fatais de uma vaga de calor incide na comunidade. Sempre que existe uma vaga de calor prolongada é de prever muito mais mortes fora das unidades de saúde do que dentro delas. Na minha opinião, aqui reside, tecnicamente, o grande erro do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde fala sempre da prontidão dos recursos nas urgências e nos serviços de saúde, não percebendo que é fora destes que o impacto será — e foi — mais temível.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a maior parte dos óbitos que se deram nos hospitais, conforme lemos na comunicação social, mais de 1000... Aqui entramos na história dos números que têm vindo a aparecer. Hoje, o Sr. Ministro, na sua intervenção, utilizando alguns critérios, que poderão ser aceitáveis ou não mas que têm de ser muito mais bem explicados, vem falar-nos de quatro mortes decorrentes da vaga de calor. Li em vários meios de comunicação social que mais de 1000 dos 1300 óbitos verificados em excesso em relação ao ano anterior se deram fora dos serviços hospitalares. Isto não significa, porém, que o Serviço Nacional de Saúde não tenha funcionado sem falhas.

O Sr. Ministro da Saúde não é apenas o Ministro dos hospitais e dos centros de saúde, é Ministro da Saúde de todos os portugueses. Dizer que tudo foi feito no Serviço Nacional de Saúde mesmo quando o não foi é sacudir a responsabilidade que tem no impacto previsto nos mais frágeis.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Claro!

**O Orador:** — Estes não estavam nos hospitais nem tinham sensibilidade para se dirigir aos hospitais e aos centros de saúde. Estavam nas suas casas ou em lares, por vezes com condições pouco favoráveis e pouco estruturais para suportar esta vaga de calor.

A maior debilidade de quem actualmente gere o Ministério da Saúde foi considerar que tudo foi feito nas urgências e nas instituições de saúde e «estar a leste» da dificuldade dos mais pobres e desfavorecidos.

Aqui está a prova provada de que não podemos concordar com a machadada dada pelo seu Governo e por V. Ex.<sup>a</sup> nos cuidados de saúde primários, falando em médicos assistentes e esquecendo os médicos de família, como em alguns debates que tivemos aqui na Assembleia, privilegiando a medicina reparadora em detrimento de uma medicina comunitária, que também tem uma função extremamente importante nos centros de saúde, em que equipas multidisciplinares de médicos, de enfermeiros e de outros técnicos de saúde deveriam fazer um trabalho fora dos próprios centros de saúde. Aqui está uma das razões por que

não podemos de maneira nenhuma concordar com as suas propostas.

Sr. Ministro, também devo referir a destruição das redes de parceria de intervenção local e o desinvestimento que tem sido feito nessa área. Recordo as redes de rendimento mínimo, em que estavam pessoas da área de saúde a nível local, e as redes de luta contra a pobreza. A saúde tem uma intervenção extremamente importante, porém, neste momento, há um desinvestimento total em relação a essas redes.

Portanto, Sr. Ministro, estes foram alguns dos factores que não permitiram uma actuação mais eficaz dos profissionais de saúde, que se esforçaram o mais que puderam e deram o seu máximo, e da própria comunidade no exterior das instituições, contribuindo também para a situação presente. Esta é uma responsabilidade do Governo.

O Sr. Ministro, na sua intervenção, teve oportunidade de claramente mencionar as actuações da Direcção-Geral de Saúde, as quais, na minha opinião e na opinião do Partido Socialista, foram correctas e positivas. A questão, porém, não são as actuações da Direcção-Geral de Saúde, é, sim, a implementação dessas actuações no terreno, e aí há uma falha muito grande. Por exemplo, em relação às administrações regionais de saúde, será que foram emitidas algumas indicações para os centros de saúde no sentido de os médicos de família em serviço privilegiarem o seu trabalho para o exterior, para a comunidade, de se preocuparem com estas pessoas mais vulneráveis em detrimento do trabalho de consulta seguido, que fazem no dia-a-dia?

E os profissionais dos hospitais, tiveram eles todos os alertas necessários em tempo útil, através das suas direcções clínicas, sobre esta temática? Parece que não. Tanto quanto sabemos, nalguns hospitais só no dia 25 de Agosto houve informações concretas das direcções clínicas para os profissionais, quando a vaga de calor já tinha passado.

Há um outro aspecto extremamente importante, o da campanha. Consideramos que houve uma demissão clara da parte do Governo em relação a uma campanha televisiva, que deveria ter sido aproveitada, até pela disponibilidade dos meios de comunicação social em transmitir essas questões para toda a população. Sabemos que a população-alvo, os idosos, são pessoas que não têm acesso a outros meios de comunicação, pelo que uma campanha televisiva em horário nobre teria sido importantíssima para avisar essas pessoas dos riscos que corriam.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

O Sr. Nelson Baltazar (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de trazer à nossa discussão duas questões simples, que vou colocar de forma rápida.

Segundo o que está dito, perspectivam-se cortes cegos no investimento de PIDDAC, mas espero bem, Sr. Ministro, que não seja na saúde. Claro que a existência de equipamentos médicos e de equipamentos para um ambiente saudável é fundamental para acorrer a estas e outras situações.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nos discursos políticos que tenho ouvido de V. Ex.<sup>a</sup> tem ficado a noção de que o investimento na saúde não é produtivo. Considero que é efectivamente produtivo. As instalações e equipamentos para a protecção da saúde, em particular da saúde pública, têm de estar preparados não só para acorrer a estas situações mas também para preveni-las. E como penso que este é o momento de precaver esta questão relativamente ao Orçamento do Estado, solicito-lhe que a avalie e já no próximo Orçamento a ponha em curso.

É também nas situações de maior pressão e de risco agravado que se sentem com maior acuidade as dificuldades impostas por uma política de redução do número e da qualidade dos recursos humanos. Sr. Ministro, onde está o programa estratégico, que V. Ex.<sup>a</sup> prometeu entregar, para a formação de recursos humanos na área da saúde, em particular no âmbito da saúde pública e da medicina familiar? Ainda não o vimos, apesar de há meio ano estar prometido. Deve ser uma nova estratégia, que desconhecemos: no entanto, todas as que existiam pararam.

Sr. Ministro, alerto-o para que os profissionais de saúde pública e de medicina familiar se encontram desmotivados, e devem ser motivados por uma nova estratégia, mais clara.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O requerimento do Partido Socialista solicitando que o Sr. Ministro viesse a esta Comissão Permanente baseou-se no facto de, durante a ocorrência calamitosa que assolou o País e que todos lamentamos profundamente, ter sido invisível, em termos públicos, a presença do Sr. Ministro na preparação do inegável e importantíssimo papel do Ministério da Saúde em factos desta natureza.

O Sr. Ministro veio ao Parlamento, e bem, dizer de sua justiça e nós também aqui estamos, e bem, para lhe dizer o que consideramos ter corrido menos bem ou o que deve ser prevenido para evitar, dentro do possível, este tipo de ocorrências.

Neste contexto, fazendo uma avaliação da presença do Governo neste incidente — não da sua actuação, mas da sua presença —, poderia dizer que houve um ministro que não dormiu e esteve sempre presente (o Ministro da Administração Interna), que houve um ministro que apareceu e não devia ter aparecido (o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), que foram vários os ministros que interromperam as férias, que o Primeiro-Ministro adiou as suas férias e veio ao Parlamento prestar contas e explicar ao País o que estava a fazer, mas, infelizmente, não vi aparecer o Sr. Ministro da Saúde e, em meu entender, deveria ter aparecido, mesmo sem a comunicação social atrás de si, embora nestas circunstâncias, mais do que em muitas outras, se justificasse a ampla divulgação e cobertura da comunicação social.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — Se alguma coisa falhou desta vez foi precisamente o facto de a simultaneidade da ocorrência dos fogos não ter dado a dimensão devida aos alertas bem preparados e bem difundidos pelas entidades competentes. A falta de cobertura por parte da comunicação social pode ter levado a que estes alertas não tivessem chegado ao conjunto do sistema de saúde com toda a preponderância e com toda a importância que lhes atribuímos. Daí, portanto, em meu entender, a necessidade de o Sr. Ministro da Saúde dever ter aparecido. Se o tivesse feito, a sua intervenção junto do ministro que tutela a comunicação social tê-lo-ia alertado, e teria colhido a sua imediata colaboração, estou certa disso, para uma difusão alargada destes avisos quer na comunicação social nacional quer na regional, da mesma maneira que estou certa que uma adequada articulação com o Ministro da Segurança Social e do Trabalho teria também permitido uma actuação dos serviços para fora deles próprios, no sentido de chegarem junto das populações mais vulneráveis, que não têm energia, capacidade e mobilidade para acorrer aos serviços.

Sr. Ministro, o seu aparecimento nunca teria sido alvo de crítica por parte do Partido Socialista. Pelo contrário, achamos que ele seria virtuoso e fundamental, pois permitiria a difusão da mensagem e teria, em meu entender, um outro efeito positivo: o de o Sr. Ministro ter dado, no local, todo o apoio aos profissionais que hoje, e bem, aqui elogiou, mas que precisam por vezes, no terreno e em pleno teatro de operações, face à tensão enorme que se desenvolve, de colher uma palavra de apoio do ministro da tutela, que seria bem vinda e apoiada, estou certa, por todos nós.

Sr. Ministro, houve um «antes», que agiu em função dos sistemas de alerta e de resposta apropriados, houve um «durante», em que podemos distinguir a emergência médica, que passou a actuar sob o comando da protecção civil, e que funcionou bem. Mas, Sr. Ministro, há depois todo um conjunto de outras questões, relacionadas com o apoio psicológico que tem de ser dado às pessoas que perderam todo o investimento e todo o trabalho de uma vida.

Estou certa que o Sr. Ministro irá preparar um programa de intervenção junto dessas pessoas — e seria importante que o apresentasse aqui, nesta Assembleia —, da mesma maneira que é vital, para prevenirmos a ocorrência de situações desta gravidade, que o Sr. Ministro prepare e previna com os serviços competentes do Ministério da Saúde, uma vez que esse programa terá de ser objecto de uma intervenção global e não apenas no âmbito do Ministério da Saúde, a incidência que as alterações climáticas e climáticas, ocasionadas pelo desaparecimento de amplas manchas de floresta, irá ter no aumento de doenças do foro respiratório, designadamente em determinados grupos de população.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir, por favor.

**A Oradora:** — Muito obrigada, Sr. Presidente, mas estou a apresentar um programa de acção ao Sr. Ministro. Agradeço a sua compreensão, mas com certeza o Sr. Ministro não se ofenderá se eu continuar, só para referir que é vital...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Sr. Ministro não se ofende, o *Regimento* é que obriga a que termine a sua intervenção.

**A Oradora:** — Mas esta matéria é muito importante e eu só queria referir ao Sr. Ministro que era vital que se preparasse um programa de intervenção e de prevenção das consequências desta alteração ambiental. Porque vão ser graves e profundas devem merecer a adequada intervenção do Ministério da Saúde enquanto responsável pela elevação dos níveis de saúde de todos os portugueses e não apenas daqueles que acorrem aos serviços do sistema público de saúde.

Espero que este programa seja apresentado ao Parlamento acompanhado da avaliação final a fazer em Setembro, depois de conhecida a dimensão da ocorrência que a todos enluta, a todos preocupa e a todos exige uma intervenção adequada, eficaz, humana e competente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Em tempo cedido pelo PSD, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde para uma intervenção.

**O Sr. Ministro da Saúde:** — Sr. Presidente, vou tentar responder aos Srs. Deputados no espaço de tempo que me foi concedido.

Sr. Deputado Bernardino Soares, começarei por referir um aspecto que abordou na sua intervenção, que tem a ver com o problema dos recursos humanos — e vou tentar ser objectivo, como sempre sou —, dizendo-lhe que quer em relação aos hospitais quer em relação aos centros de saúde não há notícia de qualquer rotura nem qualquer outra anomalia que me tenha sido transmitida.

O Sr. Deputado preocupa-se, e bem, com os recursos humanos. Mas eu também! Os resultados da acção são inequívocos: não houve rupturas no Serviço Nacional de Saúde, não houve nenhuma entidade que reportasse qualquer notícia no sentido de que alguma coisa funcionou mal.

É evidente que tivemos mais urgências. Posso até dizer-lhe que o número foi de mais 7% a nível nacional, o que não é significativo para um período destes. No entanto, o Sr. Deputado pode crer que, em relação aos centros de saúde, por exemplo, conseguimos superar a situação com a disponibilidade dos profissionais. Tivemos centros de saúde abertos 24 horas por dia! Foi a eles que ficámos a dever a resposta mais eficiente que tivemos ao nível do Serviço Nacional de Saúde.

Já agora, a propósito do alerta que me fez, e que eu lhe agradeço, para o problema de, mais adiante, haver a possibilidade de surgirem questões que poderão revelar-se importantes, como a gripe, por exemplo, posso dizer-lhe que já ontem saíram instruções da Direcção-Geral de Saúde exactamente no sentido da prevenção da gripe. Agradeço, pois, a sua sugestão, que me permitiu dar esta informação.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, das questões que me colocou referir-me-ia à da climatização, por se tratar de um aspecto importante. Aliás, tenho até muito gosto em fornecer-lhe alguma informação sobre essa matéria. A Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu alguns hospitais e eu tenho comigo a indicação de vários, não podendo, por uma questão de

tempo, referir-me a todos. Mas posso dizer-lhe que temos feito um esforço nesse sentido, havendo mesmo já notícia de alguns deles. É evidente que temos problemas — seria demagógico dizer o contrário —, mas, por exemplo, nos espaços fundamentais, ou seja, nos blocos operatórios, nos cuidados intensivos, nas urgências, praticamente todos eles têm climatização.

Passo agora a referir-me a um aspecto levantado pelo Sr. Deputado Afonso Candal, mas que também foi abordado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares. No entanto, Sr. Deputado Afonso Candal — e peço-lhe muita desculpa —, com todo o respeito quero dizer-lhe o seguinte: creio que este debate — e bem, na minha opinião — tem decorrido de uma forma elevada, até porque estamos a tratar de coisas essenciais para as pessoas, que são a sua vida, e o Sr. Deputado teve talvez o registo mais dissonante, mais demagógico, que aqui ouvimos. E vou dizer-lhe porquê.

Em relação aos números que constam da comunicação que irei entregar aos órgãos de comunicação social, há três níveis de facto. Há um nível que tem a ver com a totalidade do País e que está a ser ainda mais aprofundado — por isso não vim aqui mais cedo —, há um nível que está fechado — e isso responde ao Sr. Deputado, não há contradição alguma —, relativo ao que aconteceu no Serviço Nacional de Saúde — fizemos um levantamento exaustivo dentro do Serviço Nacional de Saúde e constatámos que ocorreram 545 óbitos (não há mais informação, esta é a rigorosa) — e há um último número — e penso que só o Sr. Deputado e o Sr. Deputado Luís Carito não o perceberam nesta Câmara —, os quatro óbitos que estão de acordo com a classificação internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde.

Isto parece-me que é claro para todo o País!

Portanto, Sr. Deputado, com todo o respeito, devo dizer-lhe que o seu registo foi demagógico e com ele tentou introduzir aqui uma forma de discussão que praticamente esteve ausente nas restantes intervenções.

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — O Sr. Ministro transforma 1300 óbitos em 4!

**O Orador:** — Passando a outra questão, Sr. Deputado, dizer que 900 milhões de contos estão destinados a empresarialização...! Na Comissão já lhe disse — não vou aqui perder mais tempo com isso — que apenas foram criadas empresas que aumentaram a eficácia, o número de cirurgias e o número de consultas. O Sr. Deputado sabe isso melhor do que ninguém!

Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, agradeço a sua posição. De facto, o que fizemos está bem expresso naquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu. Havia a necessidade de tratar desta questão com equilíbrio, uma morte que fosse justificaria a minha vinda aqui, ao Parlamento, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada acentuou-o e muito bem.

Sr. Deputado Luís Fazenda, eu disse que uma das medidas a tomar mais à frente seria a agilização do registo de óbito, até porque é muito importante, Sr. Deputado! Isto passou-se silenciosamente, sem a intervenção de nenhuma entidade pública ou privada. Se, por exemplo, tivéssemos esse registo *on line* isto teria saltado imediatamente! Veja quão importante é esta medida a que eu estou a responder-lhe! E não foi a única, eu referi mais medidas que

podem ser tomadas. Não temos a ideia de que fomos perfeitos nesta matéria — não há pessoas perfeitas —, mas a verdade é que fizemos um esforço honesto, sensato, eficiente, para resolver o problema dos portugueses.

Em relação à questão relativa à campanha de publicidade, a que mais adiante me irei referir, é evidente que esse é um aspecto que vamos ter de melhorar. Tentámos... Não esquecer que os próprios delegados de saúde, na sua malha capilar, foram a várias instituições de solidariedade social, exactamente para estar em contacto com as pessoas mais vulneráveis. Está escrito e está dito — a própria reunião dos delegados regionais de saúde assim o confirmou. Portanto, o Sr. Deputado bem pode ter essa garantia, embora esteja de acordo consigo no sentido de que é preciso, sem dúvida, ver agora o que ainda podemos fazer, o que podemos melhorar ainda mais.

Sr. Deputado João Pinho de Almeida, agradeço as suas afirmações. De facto, não houve ruptura nas urgências, não houve rupturas no Serviço Nacional de Saúde, não houve qualquer queixa de qualquer cidadão. Isto passou-se de uma forma silenciosa durante 15 dias, mas actuámos como se houvesse uma grande incidência de casos. E ainda bem que assim foi, pois não fora assim e teríamos tido, se calhar, uma expressão muito maior. Temos de discutir isto de uma maneira disponível e serena, como o Sr. Deputado referiu, e obviamente que estou disponível para discutir este assunto na respectiva comissão parlamentar.

O Sr. Deputado Luís Carito caiu em várias contradições. Diz que a Direcção-Geral de Saúde até procedeu bem, mas não o Ministério da Saúde. Sr. Deputado, ninguém percebe essa sua afirmação! De facto, a Direcção-Geral de Saúde fez o que, politicamente, lhe dissemos, porque são profissionais competentes, são pessoas que, no terreno, actuam bem. O Sr. Deputado, mais uma vez, usa aqui um tom dissonante, tentando tirar partido de uma coisa que, até agora, tem corrido com elevação.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que vir aqui introduzir, de novo, a questão dos cuidados de saúde primários, sabendo que a nossa atitude e o nosso objectivo é melhorar os cuidados de saúde para a população, é um aproveitamento, neste caso, muito grave,...

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — É muito duvidoso!

**O Orador:** — ... porque está a falar de uma coisa que as pessoas têm como sagrada, que é a sua vida.

O Sr. Deputado, no fundo, traz ao debate coisas que não têm a ver com esta situação directamente,...

**O Sr. Afonso Candal (PS):** — Então não têm?!

**O Orador:** — ... sob a forma de aproveitamento daquilo que foi feito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado Nelson Baltazar, não ponha, de novo, na minha boca coisas que eu não disse. Essa é uma técnica muito utilizada: o Sr. Deputado diz que eu disse algo para depois desmentir. Eu nunca disse que o investimento na saúde não é produtivo. É completamente falso! Sr. Deputado, pôr na minha boca coisas que eu não

disse é uma técnica que já conheço há muitos anos. Por favor, não o faça, porque é falso!

É evidente, Sr. Deputado, que, de acordo com os recursos do PIDDAC, vamos tentar fazer melhor — como, aliás, sempre fizemos. E tenho muito gosto em dizer que, muito brevemente, teremos um Plano Nacional de Saúde para ser discutido publicamente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira, não estive ausente, estive presente. Estive também presente, logo no dia 30 de Julho, nas medidas que foram tomadas e foi aí que definimos o núcleo duro das medidas. A Sr.<sup>a</sup> Deputada não pode dizer que estou ausente. Aliás, deixe-me dizer-lhe que registo um contraditório: a Sr.<sup>a</sup> Deputada veio, hoje, elogiar colegas meus que, há 15 dias, criticava vivamente. Mais vale tarde que nunca, é verdade...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um registo completamente diferente do que ouvi, por exemplo, na comunicação social. Posso garantir-lhe que estive sempre presente, com o Sr. Secretário de Estado, no sentido de coordenar as medidas que adoptámos no terreno, logo no dia 30 de Julho,...

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Exactamente!

O Orador: — ... quando ninguém tinha ideia do que é que se iria passar. Isto correu de uma forma silenciosa, torno a repetir, mas estivemos logo no terreno com todas as medidas na sua máxima intensidade. Não é correcto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, dizer que estive ausente.

Não pode, no entanto, confundir mediatismo com eficácia, com eficiência e com a resolução do problema dos portugueses. Este é que é o problema.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O que os portugueses precisam é que os sistemas funcionem e que funcionem para prevenir o que vai acontecer. E isso foi o que sucedeu.

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Isso foi o que aconteceu, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Até porque, Sr.<sup>a</sup> Deputada, há um tempo para falar e há um tempo para actuar. Actuámos quando devíamos ter actuado. E vim agora ao Parlamento, com todos os dados, de uma forma transparente e clara, dizer aos Srs. Deputados o que fizemos,...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — ... não porque somos perfeitos — não há ninguém perfeito —, mas porque actuámos, repito, de uma forma honesta, sensata, equilibrada e empenhada.

Por último, em relação ao problema dos idosos, agradeço a disponibilidade manifestada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada. Obviamente que, venham boas ideias donde vierem, estou disposto a acolhê-las. Sempre foi essa a forma de actuar.

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Contudo, também lhe devo dizer que, por exemplo, a Direcção-Geral de Saúde (mais uma vez, a Direcção-Geral de Saúde!) já nos propôs um plano nacional para os idosos que estamos a discutir e que brevemente também virá a público.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Concluído o debate, despeço-me do Sr. Ministro da Saúde e dos outros membros do Governo presentes.

Vamos agora proceder às votações de diversos diplomas.

Antes de mais, vamos apreciar o voto n.º 76/IX — De pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello, que apresentei e que está subscrito pelos líderes de todos os grupos parlamentares. O CDS-PP havia também apresentado um voto no mesmo sentido, mas depois subscreveu o voto que tinha ficado combinado eu apresentar conjuntamente, retirando o seu.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, muito brevemente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não queria deixar de se associar ao voto de pesar subscrito por V. Ex.<sup>a</sup> e pelos diferentes grupos parlamentares, uma vez que a memória de Sérgio Vieira de Mello está muito presente em todos nós.

Como diplomata experiente, homem afável e aberto, lutador incansável pelos direitos humanos e pela paz, foi morto em Bagdade, quando desejava intimamente que tudo pudesse regressar o mais depressa possível às mãos de instituições legítimas iraquianas que pusessem termo à presença do exército que se encontra no Iraque.

Conheci Sérgio Vieira de Mello em Timor e tenho dele a melhor recordação: a de um homem de causas e de acção, de presença inesquecível. Ele tornou-se, agora, o símbolo das Nações Unidas e do que devem significar: um factor activo de paz, de legitimidade, de tolerância, de direito e de justiça. Também foi vítima da impotência e das fragilidades de uma organização que tem de ser reforçada e cada vez mais respeitada.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quem tivesse dúvidas sobre algumas previsões feitas no momento certo, agora tê-las-á, infelizmente, dissipado. Os mortos de 19 de Agosto são vítimas de um acto contra a solidariedade de quem tinha ido para o Iraque com o único propósito de ajudar o povo iraquiano.

O caminho perigoso para o choque das civilizações tem de ser interrompido. Precisamos de mais diálogo: diálogo político, diálogo inter-religioso, diálogo cultural, diálogo, afinal, que contribua para a paz.

Sérgio Vieira de Mello fica sendo um símbolo bem presente em todos nós por tudo aquilo que fez pela paz e por tudo aquilo que nos deixou. A ele devemos, naturalmente, prestar sentida homenagem.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

**O Sr. António Nazaré Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o acto ignóbil, terrorista, que provocou a perda da vida de Sérgio Vieira de Mello e de mais 24 funcionários das Nações Unidas e causou ferimentos em cerca de 100 outros cidadãos do mundo presentes em Bagdade, cedo marcou no PSD a vontade de aqui apresentar um voto de pesar.

Em Conferência de Líderes exprimimos essa nossa intenção e, face à sensibilidade que o Sr. Presidente revelou de que este voto de pesar pudesse reunir o consenso da Câmara e à iniciativa que desejou tomar, tivemos o gosto, igualmente, de facultar o esboço do texto que tínhamos, então, elaborado.

De facto, Sr. Presidente, a figura de Sérgio Vieira de Mello deve merecer total respeito a esta Câmara e ao povo português, nomeadamente pela dedicação que, através da sua vida, sempre prestou à defesa dos direitos humanos.

Era um homem do terreno, era um homem que se batia pela sua causa — pela defesa dos direitos humanos, pela valorização do homem —, porque se batia por aquilo em que acreditava, e fazia-o de corpo inteiro. Demonstrou essa sua posição e essa sua dedicação ao longo de uma ilustre carreira ao serviço da ONU nas mais diferentes partes do mundo. Preferindo sempre o terreno a ficar nos corredores da diplomacia, mostrou bem essa sua faceta pelo trabalho, enquanto representante da ONU e Alto Comissário, em Timor.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sérgio Vieira de Mello era um cidadão do mundo, mas era também um cidadão brasileiro, um cidadão que dignificou a comunidade de língua portuguesa, na qual participamos e estamos, desde logo pela origem, associados, e a sua viva presença, os temas que escolheu para a sua vida, a forma digna, séria e totalmente empenhada com que a ela se dedicou, de alguma forma — permitam-me aqui expressar —, traduziram igualmente uma maneira bem portuguesa de estar no mundo, uma maneira bem latina de estar no mundo, uma maneira bem clara de estar no mundo.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, associamo-nos integralmente ao voto de pesar apresentado pelo Sr. Presidente. Manifestamos um enorme respeito e curvamo-nos perante a memória de Sérgio Vieira de Mello.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em bom rigor, este voto deve ser considerado extensivo a todos quantos foram vitimados por um ataque covarde, de gente sem princípios, às Nações Unidas. Foi um ataque que, vitimando muita gente, teve, de todo o modo, em Sérgio Vieira de Mello a sua face mais visível.

Bem conhecido dos portugueses pela sua recente passagem por Timor, Sérgio Vieira de Mello teve, apesar de tudo, um percurso muito rico e ímpar nas Nações Unidas, em cenários do Bangladesh ao Kosovo, passando pelo

Ruanda e por muitos outros, todos eles sempre caracterizados por se tratarem de situações de altíssimo risco, às quais nunca virou as costas, sempre em favor da paz, que aí tentou estabelecer e em favor da qual nunca recusou a sua presença.

Acresce, quanto a nós com particular significado, o facto de Sérgio Vieira de Mello ser filho de uma portuguesa e, portanto, de nele correr sangue deste nosso país, o que, de um ponto de vista afectivo, dá também particular significado a este nosso sentido pesar.

Era genuinamente um homem bom que, repito, dedicou toda a sua vida ao serviço da paz. Também por isso, porventura, a maior ironia na sua morte: a morte de alguém que, tendo votado a sua vida à paz, acabou por ser vitimado por quem persiste em apenas querer perpetuar a guerra.

Daí o particular significado deste voto de pesar, que é sentido e que deixamos, na memória de Sérgio Vieira de Mello, extensivo a todos quantos pereceram nesse hediondo atentado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PCP lamenta e critica o violento, bárbaro e hediondo acto que vitimou Sérgio Vieira de Mello e muitos outros funcionários das Nações Unidas. Esse acto mereceu e merece o nosso mais vivo repúdio e, por isso, acompanhamos totalmente a manifestação de pesar que está expressa no voto apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia da República em nome de toda a Câmara.

É uma morte que resulta de um ataque intolerável, mas que resulta também — como já foi aqui referido — da situação de instabilidade e de desespero de quem não viu, com a guerra, resolvidos os problemas com que se debatia, de quem viu um país destruído ao contrário das promessas que foram feitas.

É neste contexto que, para se evitar a continuação e a multiplicação das ondas de ataque que têm vindo a desenvolver-se dia após dia, é necessário implementar um verdadeiro desenvolvimento do Iraque, indo ao encontro das necessidades do seu povo, um governo democrático, um diálogo entre todas as etnias, todas as religiões, um diálogo no qual o povo do Iraque possa participar, se possa envolver, para decidir do seu destino.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, de uma forma muito sintética, associo-me a este voto apresentado pelo Sr. Presidente e que Os Verdes subscreveram.

A morte de Sérgio Vieira de Mello foi chocante e é o resultado de um acto bárbaro, como são todos os actos de terrorismo.

Trata-se da morte e da perda de um homem que tem um percurso extremamente diverso e rico, particularmente próximo de nós, desde logo pela forma como acompanhou um



processo caro aos portugueses e a este Parlamento, como foi o de Timor-Leste.

A sua morte e a de muitos outros funcionários das Nações Unidas é a perda de alguém que tinha consciência da delicadeza da missão das Nações Unidas, alguém que entendeu que o povo iraquiano era um povo ocupado, que o Iraque era um país ocupado e que tinha uma enorme preocupação pela necessidade de devolver àquela terra a paz envolvendo os iraquianos nas tomadas de decisão e na devolução de um governo de que, durante tantos e tantos anos, estiveram privados.

É, pois, neste sentido que nos associamos a este voto de pesar, lamentando a perda deste homem, que poderia, seguramente, ter um papel ainda muito importante nesta missão tão delicada das Nações Unidas e noutras em que o papel e o reforço das Nações Unidas continua a ter todo o sentido e a ser uma necessidade.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes):** — Sr. Presidente, de uma forma breve, e em nome do Governo, associo-me também a este voto que a Assembleia da República vai, seguramente, aprovar.

Este voto, tal como eu e o Governo o entendemos, significa um gesto de homenagem a Sérgio Vieira de Mello e também uma atitude de repúdio pelo terrorismo.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em primeiro lugar, de homenagem justa a um grande diplomata, a um grande cidadão, a uma personalidade que, nos últimos anos, granjeou o respeito de toda a comunidade internacional. E nós, portugueses, temos razões acrescidas para lhe prestarmos esta homenagem e para lhe tributar o nosso maior respeito e admiração, porque Sérgio Vieira de Mello, num período particularmente importante, delicado e difícil do processo de transição de Timor-Leste para a independência, teve um papel de inegável importância e de grande relevo.

Por isso, o Governo não quis também deixar de, na altura própria, há duas semanas atrás, assinalar este gesto de homenagem a Sérgio Vieira de Mello, tendo proposto, como foi público, a Sua Excelência o Presidente da República, a atribuição da Grã Cruz da Ordem de Cristo.

Esta é, portanto, uma homenagem justa, uma homenagem da mais elementar justiça.

Mas, como disse, é também uma atitude de repúdio. Sérgio Vieira de Mello era um homem de paz e morreu num ignóbil atentado terrorista da maior violência. E este é um gesto de repúdio, porque perante o terrorismo, qualquer forma de terrorismo, a nossa atitude como políticos e, acima de tudo, como cidadãos, não pode ser nunca a de transigir, de recuar ou de desistir. Tem de ser a de lutar, a de não ter receio de afrontar todos aqueles que não sabem travar uma sã convivência democrática e só sabem querer impor a força das suas atitudes pela força e pela violência.

Por isso, é que, nesta ocasião, associando-me a este voto, em nome do Governo, quero manifestar o quanto é importante que esta Câmara, na pluralidade das suas opiniões, tenha presente a necessidade, o carácter imperioso

de estarmos sempre unidos, determinados e firmes na condenação de todas as formas de terrorismo, venham elas de onde vierem.

Por todas estas razões, a nossa palavra de reconhecimento à Assembleia da República por não ter, uma vez mais, esquecido este homem e por prestar esta homenagem. Julgo que, uma vez mais, esta Assembleia se prestigia, perante si própria, perante o País, perante o mundo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sou o primeiro subscritor deste voto e, portanto, pouco mais poderia acrescentar. Com a morte de Sérgio Vieira de Mello abre-se uma brecha nas fileiras daqueles que lutam, em todo o mundo, pela paz e pelos direitos humanos.

O nosso voto, que, certamente, aprovaremos por unanimidade, tem também um sentido de solidariedade para com as Nações Unidas. Este atentado foi dirigido contra as Nações Unidas e a ONU ainda é, apesar de todas as suas limitações, uma esperança de organização, de segurança e de paz em todo o mundo.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto n.º 76/IX, que acabámos de apreciar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

*É o seguinte:*

Voto n.º 76/IX

De pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello

No passado dia 19 de Agosto, um ignóbil acto terrorista dirigido contra a presença das Nações Unidas no Iraque causou a morte a Sérgio Vieira de Mello, representante especial, no Iraque, do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

Do mesmo atentado resultaram mais 24 mortos e um número superior a 100 feridos, todos vítimas civis de um acto hediondo e bárbaro.

Sérgio Vieira de Mello, brasileiro, carioca de nascimento e formação, cidadão do Mundo e promotor da Paz e dos Direitos Humanos por profunda convicção e empenhamento, desempenhou na Organização das Nações Unidas os mais diversos cargos desde que em 1969 aí começou a trabalhar. Tendo desempenhado funções no Bangladesh, em Chipre, em Moçambique, no Líbano, no Camboja, na Bósnia, no Ruanda e no Kosovo, entre outros, foi, pela sua acção como Administrador Civil em Timor, determinante para a transição que levou à independência deste novo Estado soberano.

Na condição de Administrador Civil em Timor manteve, com Portugal, com o povo português e as mais diversas instituições portuguesas, uma relação activa, cooperante, competente e elegante, que lhe era já anteriormente reconhecida por todos os que com ele privaram nas suas múltiplas missões. Os destacados serviços prestados a Portugal, à comunidade internacional e a Timor, estão bem presentes na memória dos portugueses tornam ainda mais profunda e viva a repulsa do povo português pelo acto ignóbil de que resultou a sua morte.

Assim:

A Assembleia da República manifesta o seu mais vivo repúdio pelo atentado terrorista em Bagdade que causou a morte a Sérgio Vieira de Mello e 24 outras vítimas civis e provocou mais de 100 feridos e expressa a sua mais viva repulsa por todos os actos bárbaros e cobardes que caracterizam o terrorismo.

A Assembleia da República exprime, em particular, a sua mais viva condenação das acções terroristas que escolhem como alvos as Organizações Internacionais e os seus funcionários, agentes que diariamente contribuem em missões de Paz para a melhoria da vida de populações indefesas.

A Assembleia da República manifesta junto de Sua Excelência o Sr. Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, e de Suas Excelências os Srs. José Sarney, Presidente do Congresso Brasileiro, e João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, o seu mais profundo pesar pela perda do ilustre cidadão, verdadeiro cidadão brasileiro, do Mundo, Sérgio Vieira de Mello.

A Assembleia da República manifesta junto do Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, o seu sentido pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello e dos demais agentes da paz, funcionários da ONU, atingidos pelo mesmo atentado.

A Assembleia da República manifesta ainda à família enlutada de Sérgio Vieira de Mello e às famílias das demais vítimas do ignóbil atentado terrorista o seu mais profundo pesar pelo falecimento dos seus entes queridos.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

O Sr. Presidente: — Este voto será transmitido, pelos canais próprios, ao Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, à família enlutada, obviamente e antes de mais, mas também às mais altas autoridades do Brasil, como sinal da nossa amizade de sempre com o Brasil.

Srs. Deputados, passamos agora à votação do projecto de deliberação n.º 23/IX — Constituição de uma comissão eventual para os incêndios florestais (PCP).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, temos agora para votar o projecto de resolução n.º 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS).

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para recordar que na última Conferência de Líderes, que precedeu a anterior Comissão Permanente, assentámos em delegar em V. Ex.<sup>a</sup> a elaboração de um voto que recolhesse o conteúdo dos vários projectos de deliberação e resolução que diziam respeito aos incêndios, à solidariedade manifestada às populações atingidas, ao pesar pelas vítimas e à sugestão de medidas a adoptar de imediato, designadamente pelo Governo.

V. Ex.<sup>a</sup> recolheu vários elementos dos diferentes diplomas, designadamente do apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP e dos apresentados por outros grupos parlamentares, o que significa que temos de considerar os projectos prejudicados nesta parte. E o que é que subsistiu? Subsistiu o projecto do PCP, que continha uma formulação autónoma para a constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento desta matéria, e, no projecto do Partido Socialista, exclusivamente a parte respeitante à constituição da comissão de inquérito. Assim, apenas teremos de votar o projecto do PCP integralmente e, no projecto do PS, a parte relativa à constituição de uma comissão de inquérito.

O projecto de resolução de Os Verdes terá de considerar-se absorvido pelo projecto de deliberação que votámos na última Comissão Permanente e, em parte, também pelo projecto de resolução do PCP que acabámos de votar, relativamente à constituição de uma comissão eventual.

Se formos entrar nos pormenores, argumentando que, do projecto A ou do projecto B, não foi recolhida integralmente a alínea tal ou tal, iremos encontrar muitas situações. Porém, do meu ponto de vista, o que interessa é o espírito com que delegámos no Sr. Presidente a elaboração desse projecto, e não me parece minimamente curial que agora se vá fraccionar, até de uma forma duplicada, no que toca aos propósitos da constituição desta comissão eventual, qualquer outro projecto para além do quadro que refiro.

Em suma, deveremos votar o projecto do PCP integralmente e, do projecto do PS, apenas a parte relativa à constituição da comissão de inquérito. Desta forma, confirmaríamos aquele que foi o entendimento fixado na Conferência de Líderes e o procedimento que adoptámos na última Comissão Permanente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, a minha intervenção versa precisamente o mesmo tema. Tive ocasião de trocar impressões com vários Srs. Deputados, designadamente o Sr. Deputado Guilherme Silva, ao longo da tarde sobre o que deveríamos votar a esta hora e julgo que a síntese feita pelo Sr. Deputado Guilherme Silva é razoável, é aceitável.

Pela nossa parte, entendemos que, de facto, o nosso projecto de resolução viu contemplados vários dos seus pontos essenciais, à excepção de um, no voto que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, elaborou e que aprovámos por unanimidade, o que é positivo.

Quanto ao outro ponto, o da realização de um verdadeiro e próprio inquérito parlamentar aos eventos relacionados com os lamentáveis fogos florestais, é um aspecto que divide a Câmara e que tem de ser submetido à votação.

No que diz respeito ao projecto de resolução n.º 172/IX, do Partido Ecologista «Os Verdes», julgo que há um ponto que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, que, de resto, exprimirá por voz própria, tinha salientado na Conferência de Líderes por entender que carecia de votação autónoma. Estamos, como é evidente, disponíveis para votar esse ou outro ponto, uma vez que entendemos que cabe aos partidos fazer o juízo sobre o que ficou ou não absorvido nas propostas que fizeram e que foram ou não aceites.

Portanto, estamos completamente disponíveis.

No que diz respeito ao sentido do voto, só depois de conhecermos as partes sobejantes é que poderemos posicionar-nos. E, portanto, julgo que seria muito útil que se clarificasse quais são as partes do projecto de resolução que o Partido Ecologista «Os Verdes» entende que ainda têm um sentido autónomo e útil.

É esta a nossa posição, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, é só para dizer que acompanhamos a intervenção feita pelo Sr. Deputado Guilherme Silva, no sentido de que, do projecto do Partido Socialista, o que sobra para votar é a parte relativa à proposta de constituição da comissão de inquérito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, efectivamente, há um ponto do nosso projecto de resolução cuja votação gostaríamos de ver autonomizada, uma vez que pensamos não ter sido exactamente absorvido na proposta de resolução adoptada, e que tem a ver com o apoio psicológico e pedopsiquiátrico às pessoas, concretamente às crianças e jovens das zonas afectadas.

O Sr. Presidente: — Se bem entendi, a Sr.<sup>a</sup> Deputada gostaria que essa parte do vosso projecto de resolução fosse votada, prescindindo da votação dos restantes pontos.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito bem, está esclarecido.

A Mesa também concorda plenamente em que o que há a votar, relativamente ao projecto de resolução do Partido Socialista, é o ponto referente à constituição da comissão de inquérito, já que o substancial do restante foi acolhido pela proposta que redigi e que votámos.

Portanto, vamos, então, votar, relativamente ao projecto de resolução n.º 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS), a parte em que se refere à constituição de uma comissão eventual de inquérito.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PCP.*

Srs. Deputados, em relação ao projecto de resolução n.º 172/IX — Medidas de emergência face à catástrofe dos incêndios florestais (Os Verdes), vamos proceder à votação do ponto que vou ler, para que não haja dúvidas, que é o seguinte: «O Grupo Parlamentar Os Verdes propõe que o Governo disponibilize, de imediato, apoio psicológico e pedopsiquiátrico para as pessoas, concretamente para as crianças e jovens que viveram experiências traumáticas durante os fogos florestais e dele carecem;».

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Há vários Srs. Deputados inscritos para produzirem declarações de voto, mas, embora haja uma praxe em sentido diferente, irei dar a palavra para esse efeito no final, é isto que, rigorosamente, diz o Regimento.

Assim, vamos passar à votação do projecto de resolução n.º 174/IX — Viagem do Presidente da República à República da Turquia (Presidente da AR).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, antes de passarmos às declarações de voto, o Sr. Secretário da Mesa vai proceder à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Ética.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela Secção Única do Tribunal Judicial de Ansião — processo n.º 14/01.3IDLRA —, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Miguel Medeiros (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — De acordo com o solicitado no 3.º Juízo do Tribunal Judicial da Póvoa do Varzim — processo n.º 587-A/2001 —, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Henrique Campos Cunha (CDS-PP) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

*Pausa.*

Visto não haver pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD votou contra o item autonomizado do projecto de resolução apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes», porque é um item que, embora autonomizado, está ultrapassado pelos factos.

Na verdade, o Governo disponibilizou de imediato apoio psicológico e pedopsiquiátrico às pessoas afectadas, no-

meadamente a jovens e crianças, que foram traumatizados pelos fogos florestais, apoio este que está a decorrer e que se tem demonstrado extremamente eficaz, com uma efectiva coordenação por parte do Ministério. Além do mais, Sr. Presidente e Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o facto de esta proposta, tal e qual assim, ser aprovada, poderia ser entendido como uma limitação da actividade da comissão eventual que acabámos de aprovar.

*Risos da Deputada de Os Verdes Isabel Castro.*

Esta comissão eventual tem, entre outras iniciativas, a possibilidade de avaliar o trabalho que está a ser feito nesta vertente por parte do Governo, bem como o sucesso e a eficácia deste acompanhamento.

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nestas condições, creio que o voto favorável por parte do PSD iria provocar uma situação de desautorização da própria comissão eventual que acabámos de aprovar.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

**O Sr. José Magalhães (PS): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tivemos ocasião de propor que a Comissão Permanente da Assembleia da República se reunisse atempadamente para apreciar a situação do País, na sequência dos lamentáveis incêndios florestais. E esta iniciativa, plenamente justificada, permitiu obter do Governo, na altura própria, embora com algum atraso, algumas explicações, que, todavia, só vieram lançar luz sobre a necessidade de apurar integralmente como foi possível que tudo ocorresse como ocorreu e que tanta coisa corresse tão mal como correu.

E os factos são visíveis aos olhos de todos os portugueses. Quem andou pelo País durante estas semanas, visitando lugares queimados, falando com as populações, vendo os sinais dos danos produzidos e recordando como as coisas aconteceram, sabe perfeitamente que tudo aconteceu longe dos paradigmas de prevenção e de protecção que a nossa lei impõe e que o bom senso recomendaria.

O que o Partido Socialista fez, na passada reunião da Comissão Permanente, foi tirar todas as ilações da gravidade dos acontecimentos e dizer: inquirir-se, segundo os instrumentos de que o Parlamento dispõe, como foi possível que tudo ocorresse como ocorreu e que tantas disfunções conjugadas levassem ao uso absurdo de meios, à perda de vidas, à perda de oportunidades de salvamento e a todo o universo de destruição com o qual estamos confrontados. Não tivemos, para a recusa desta iniciativa, uma justificação cabal, a não ser com argumentos formais e com uma espécie de maldição sobre os inquéritos parlamentares, que é completamente fictícia. Só haverá inquéritos parlamentares «malditos», se a maioria parlamentar se recusar, como se tem recusado, a cumprir as regras da Constituição e da lei, inviabilizando iniciativas, impondo o abortamento de diligências e transformando num pandemónio a aprovação dos resultados finais dos inquéritos, ou, porventura até, impedindo-os, como aconteceu num caso tristemente célebre.

O que o Partido Socialista fez, portanto, foi o óbvio: inquirir-se! O que a maioria acabou por aceitar é fantásti-

co: aceitou a criação de uma comissão eventual, que, evidentemente, tem pleno cabimento à luz dos nossos princípios, e por isso votámos a favor, uma comissão à qual caberá ouvir especialistas, debater, elaborar as suas conclusões, avaliar, ou seja, inquirir.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP): —** Ora bem!

**O Orador: —** Está à vista, Sr. Deputado Lino de Carvalho!

Mas inquirir com os meios próprios das comissões eventuais, porventura prescindindo de alguns dos que as comissões de inquérito têm ao seu dispor.

Eis a situação em que a maioria está:...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): —** Não é só a maioria!

**O Orador: —** ... diz que recusa o inquérito (e de facto recusa-o pela forma própria) e, no entanto, encaminha-se para uma solução que, todavia, não era aquela que queria, julgo eu, porque aquilo que o PSD propunha, inicialmente, era que o Governo avaliasse a sua própria actuação, o que era um absurdo completo.

Quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): —** Quem está a tentar fazer isso são os senhores. Não somos nós! «Não vire o bico ao prego»!

**O Orador: —** No fim se verá!

Portanto, aquilo que hoje votámos é para levar a cabo, e o Partido Socialista compromete-se a participar activamente nesta comissão e aí apresentar as iniciativas que lancem a máxima luz sobre a verdade. Quem tentar impedir isto, assumirá naturalmente as responsabilidades próprias.

Pela nossa parte, contribuiremos para lançar toda a luz possível sobre como foi possível que tudo corresse tão mal em matéria de incêndios florestais.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): —** Sr. Presidente, a razão de ser da apresentação do nosso projecto de resolução parece-nos óbvia.

Portugal viveu uma situação de extrema gravidade, cujos dramáticos contornos e consequências não podem ser ignorados.

É nosso entendimento que, naquilo que é passível de ser corrigido, só se poderá dar um sinal claro e imediato de apoio às pessoas, se houver eficácia e uma aprendizagem e análise crítica, e não discursos propagandísticos, porventura para consumo externo, mas muito pouco transformadores, relativamente ao que correu mal este Verão em matéria de incêndios.

Das múltiplas propostas apresentadas, esperamos que uma delas, designadamente, venha a ter expressão no próximo Orçamento do Estado, sob pena de as palavras atiradas num momento trágico significarem zero, uma vez mais,

para populações, em si mesmas, até pela forma como vivem, ostracizadas. Se isto vier a acontecer, é preocupante.

De qualquer forma, não deixa de ser para nós um sinal de desprezo, de indiferença e, diria mais, de cinismo que a maioria tenha rejeitado uma proposta simples, que seguramente não resolve, é uma gota de água naquilo que é uma experiência traumática para quem a viveu, em particular as crianças e os jovens, que é viver o pesadelo de fogos florestais à sua volta. E não deixa de ser surpreendente que a maioria diga que uma proposta, elaborada por Os Verdes,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Os Verdes?!

**A Oradora:** — ... para que se dê apoio imediato a pessoas que dele precisam, pois não podem ficar à mercê de ajudas voluntaristas, pontuais, o que só está a acontecer em alguns sítios,...

*Protestos do PSD.*

... será analisada por uma comissão de âmbito bem mais largo, que vai...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É desonesto!

**A Oradora:** — Sr. Deputado Luís Marques Guedes, se quer falar, tome a palavra. A isso chama-se frontalidade! Isso é honestidade política!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Não posso! Mas, se pudesse, diria que isso é desonesto!

**A Oradora:** — Não é desonesto! Desonesto é considerar que uma comissão que vai analisar as questões da floresta, a prazo, vá, nesse momento, ver se, eventualmente, existem ou não condições para que as pessoas tenham apoio.

*Protestos do Deputado do PSD Luís Marques Guedes.*

Esse apoio, como bem sabe, com este tipo de técnicos de saúde, não existe nos meios rurais.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Está em curso, vá lá ver!

**A Oradora:** — Fui ver e não está em todo o lado, Sr. Deputado!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Ah! Agora, não está em todo o lado!

**A Oradora:** — Não está, Sr. Deputado, porque, como bem sabe, esses técnicos de saúde não abundam no nosso país e só se houver orientações e forem disponibilizados pela Administração Central é que chegam, em tempo útil, a quem deles precisa.

Dizer que isto será analisado numa comissão que tem uma amplitude totalmente diferente ou é, desde já, dar um sinal negativo sobre o futuro da comissão, ou é dizer que a experiência não foi suficientemente grave para que as lições que, no fundo, deveriam ter sido aprendidas tivessem qualquer eficácia.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, por hoje, os nossos trabalhos chegam ao fim.

A 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IX Legislatura só vai ter início a partir do dia 15 de Setembro. No entanto, há já reuniões de comissões marcadas para os próximos dias e há que fazer a preparação dos debates já agendados para duas semanas de reuniões plenárias desta Sessão Legislativa.

A próxima sessão plenária realizar-se-á no próximo dia 17 de Setembro, quarta-feira, às 15 horas, e terá, além do período de antes da ordem do dia, um período da ordem do dia com a discussão das propostas de lei n.ºs 72 e 78/IX.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



# DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



## IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

---

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.